

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GUSTAVO CATHCART

O PETRÓLEO E A CRISE VENEZUELANA A PARTIR DE 2013

FLORIANÓPOLIS

2018

GUSTAVO CATHCART

O PETRÓLEO E A CRISE VENEZUELANA A PARTIR DE 2013

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt.

FLORIANÓPOLIS

2018

GUSTAVO CATHCART

O PETRÓLEO E A CRISE VENEZUELANA A PARTIR DE 2013

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9 ao aluno Gustavo Cathcart na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt
Orientador

Profa. Dra. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti

M.e. Mauro Sérgio Figueira

FLORIANÓPOLIS

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais Edson Silveira Cathcart e Maria das Graças Cathcart e a meu irmão Diego Cathcart, pelo apoio proporcionado em todos os momentos da minha vida, me dando forças para alcançar meus objetivos e enfrentar os obstáculos que surgiram em minha jornada.

A Universidade Federal de Santa Catarina, um fértil espaço para crescimento humano e profissional, aonde iniciei minha educação primária, no Núcleo de Desenvolvimento Infantil, e cá estou finalizando meu ensino superior com este trabalho.

No decorrer de toda esta trajetória educacional ressalto o papel fundamental de cada professor. Em diferentes níveis de ensino, áreas do conhecimento e abordagens, todos contribuíram para o meu desenvolvimento. Dedico especial menção ao professor Dr. Márcio Roberto Voigt, orientador deste trabalho, detentor de admirável paciência, simpatia e sabedoria.

RESUMO

Valendo-se das concepções desenvolvidas por Michael T. Klare sobre a temática de segurança energética, o presente trabalho tem como objetivo analisar a variável petrolífera como um dos motivos causadores da crise venezuelana verificada a partir de 2013. Para tanto será realizado um estudo histórico que contempla os principais eventos do mercado mundial de petróleo, assim como a trajetória política, econômica e social da Venezuela. A primeira seção remonta às primeiras décadas do século XX, momento cujo petróleo foi descoberto em território nacional e explorado pelas empresas estrangeiras líderes do ramo via contratos de concessão atrativos aos interesses das elites políticas dirigentes. Em seguida, se atentará para o movimento coletivo dos países exportadores de petróleo iniciado na década de 1960 pelo controle da exploração deste hidrocarboneto. Tal mobilização foi capaz de remodelar o jogo de forças da indústria e impulsionar a criação de empresas de propriedade estatal, inclusive a *Petróleos de Venezuela S.A* (PDVSA). Outro elemento central neste período foi a implementação do regime de *puntofijo*, um sistema político vigente até a década de 1990. Seu desgaste ocorreu de forma conjunta à ascensão de Hugo Chávez, antigo militar que chegou à presidência da Venezuela em 1998. Este governo é examinado na terceira seção do trabalho, com suas medidas voltadas para a promoção da igualdade social aproveitando-se da apreciação do barril do petróleo a nível global. Por fim, o governo de Nicolás Maduro, o líder encarregado de dar sequência ao chavismo desde 2013. Os indicadores mais recentes divulgados por organizações internacionais e estudos acadêmicos atestam para uma deterioração das condições de vida da população venezuelana, concomitante à reversão das tendências de aumento de preço do barril de petróleo.

Palavras-chave: Venezuela; petróleo; crise; segurança energética; Húgo Chávez; Nicolás Maduro; PDVSA.

ABSTRACT

Using the concepts developed by Michael T. Klare about the topic of energy security, the present work aims to analyze the oil variable as one of the causes of the Venezuelan crisis verified from 2013 onwards. For this purpose, a historical study will be carried out that contemplates the main events of the world oil market, as well as the political, economic and social trajectory of Venezuela. The first section goes back to the first decades of the twentieth century, a time when oil was discovered on the national territory and exploited by leading foreign companies through concession contracts attractive to the interests of leading political elites. Then, we will look at the collective movement of oil-exporting countries that began in the 1960s to control the exploitation of this hydrocarbon. Such mobilization was able to reshape the game of power of the industry and boost the creation of state-owned enterprises, including *Petróleos de Venezuela S.A* (PDVSA). Another central element in this period was the implementation of the *puntofijo* regime, a political system that was valid until the 1990s. Its erosion occurred in conjunction with the rise of Hugo Chavez, a former military that reached the presidency of Venezuela in 1998. This government is examined in the third section of the work, with its measures aimed at promoting social equality by taking advantage of the appreciation of the barrel of oil globally. Finally, the government of Nicolás Maduro, the leader in charge of giving sequence to the chavism since 2013. The most recent indicators released by international organizations and academic studies attest to a deterioration in the living conditions of the Venezuelan population, concomitant with the reversal of the oil price increase trends.

Keywords: Venezuela; Petroleum; crisis; energy security; Húgo Chávez; Nicolás Maduro; PDVSA.

RESUMEN

Valiéndose de las concepciones desarrolladas por Michael T. Klare sobre la temática de seguridad energética, el presente trabajo tiene como objetivo analizar la variable petrolífera como uno de los motivos causantes de la crisis venezolana verificada a partir de 2013. Para eso se realizará un estudio histórico que contempla los principales eventos del mercado mundial de petróleo, así como la trayectoria política, económica y social de Venezuela. La primera sección se remonta a las primeras décadas del siglo XX, momento cuyo petróleo fue descubierto en territorio nacional y explotado por las empresas extranjeras líderes del ramo mediante contratos de concesión atractivos a los intereses de las élites políticas dirigentes. A continuación, se atentará para el movimiento colectivo de los países exportadores de petróleo iniciado en la década de 1960 por el control de la explotación de este hidrocarburo. Esta movilización fue capaz de remodelar el juego de fuerzas de esta industria e impulsar la creación de empresas de propiedad estatal, incluyendo la *Petróleos de Venezuela S.A* (PDVSA). Otro elemento central en este período fue la implementación del régimen de *puntofijo*, un sistema político vigente hasta la década de 1990. Su desgaste ocurrió de forma conjunta al ascenso de Hugo Chávez, antiguo militar que llegó a la presidencia de Venezuela en 1998. Este gobierno es examinado en la tercera sección del trabajo, con sus medidas dirigidas a la promoción de la igualdad social aprovechándose de la apreciación del barril del petróleo a nivel global. Por último, el gobierno de Nicolás Maduro, el líder encargado de dar continuidad al chavismo desde 2013. Los indicadores más recientes divulgados por organizaciones internacionales y estudios académicos atestiguan para un deterioro de las condiciones de vida de la población venezolana, concomitante a la reversión de las tendencias de aumento de los precios del barril de petróleo.

Palabras clave: Venezuela; petróleo; crisis; seguridad energética; Húgo Chávez; Nicolás Maduro; PDVSA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Reservas Comprovadas de Petróleo por País.....	13
Figura 2: Mapa Político da Venezuela	22
Figura 3: Mapa das Reservas de Petróleo e Gás na Venezuela.....	23
Figura 4: Preço do Barril de Petróleo Bruto (1970-1978).....	29
Figura 5: Inflação na Venezuela (1970-1980).....	30
Figura 6: Dívida Externa da Venezuela (1970-1980).....	31
Figura 7: Preço do Barril de Petróleo Bruto (1978-1988).....	31
Figura 8: Inflação na Venezuela (1980-1990).....	32
Figura 9: Dívida Externa da Venezuela (1980-1990).....	33
Figura 10: Preço do Barril de Petróleo Bruto (1988-1998).....	35
Figura 11: Produção de Petróleo na Venezuela (1988-1998).....	36
Figura 12: Inflação na Venezuela (1990-1998).....	36
Figura 13: Dívida Externa da Venezuela (1990-1998).....	37
Figura 14: Produção de Petróleo na Venezuela (1998-2008).....	40
Figura 15: Preço do Petróleo Bruto (1998-2008).....	41
Figura 16: Indicadores de Pobreza por Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) na Venezuela (1997-2011)	43
Figura 17: Pobreza de Acordo com Método NBI na Venezuela (1997-2012)	44
Figura 18: Coeficiente de Gini da Venezuela (1998-2012).....	45
Figura 19: PIB e PIB per capita da Venezuela (1998-2012).....	46
Figura 20: Salário Mínimo na Venezuela (1998-2012).....	46
Figura 21: Preço do Barril de Petróleo Bruto (2008-2013).....	48
Figura 22: Inflação na Venezuela (1998-2013).....	49
Figura 23: Dívida Externa da Venezuela (1998-2013).....	49
Figura 24: Taxa de Desemprego na Venezuela (1998-2012).....	50
Figura 25: Apoio a Democracia na Venezuela (1998-2013).....	51
Figura 26: Importações Agropecuárias da Venezuela (2007-2012).....	51
Figura 27: Exportações da Venezuela (1998-2012)	52
Figura 28: Aprovação do Governo da Venezuela (2002-2013)	54
Figura 29: Preço do Barril de Petróleo Bruto (2013-2017).....	57
Figura 30: Produção de Petróleo na Venezuela (2008-2018).....	58

Figura 31: Inflação na Venezuela (2013-2016).....	59
Figura 32: Pobreza por Nível de Ingresso na Venezuela (2014-2017)	61
Figura 33: Homicídios na Venezuela (1999-2017)	62
Figura 34: Número de Protestos na Venezuela (2013-2018)	64
Figura 35: Aprovação do Governo da Venezuela (2013-2016)	66
Figura 36: Distribuição Percentual de Emigração Venezuelana (1999-2017)	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AD	<i>Acción Democrática</i>
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
ANC	<i>Asamblea Nacional Constituyente</i>
AP	<i>Avanzada Progresista</i>
ARDI	<i>Asociación Revolucionaria de Izquierda</i>
CELAC	<i>Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños</i>
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CLAP	<i>Comités Locales de Abastecimiento y Producción</i>
COPEI	<i>Comité de Organización Política Electoral Independiente</i>
CVP	<i>Corporación Venezolana del Petróleo</i>
EIA	<i>U.S. Energy Information Administration</i>
ENCOVI	<i>Encuesta sobre Condiciones de Vida Venezuela</i>
ENI	<i>Ente Nazionale Idrocarburi</i>
FEDECAMARAS	<i>Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONDEN	<i>Fondo de Desarrollo Nacional</i>
FONDESPA	<i>Fondo para el Desarrollo Económico y Social</i>
GPP	<i>Gran Polo Patriótico Simón Bolívar</i>

INE	<i>Instituto Nacional de Estadística</i>
MAS	<i>Movimiento al Socialismo</i>
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MVR	<i>Movimiento V República</i>
NBI	Necessidades Básicas Insatisfeitas
OCVS	<i>Observatorio Venezolano de Conflictividad Social</i>
ONG	Organização Não Governamental
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
OVV	<i>Observatorio Venezolano de Violencia</i>
PCV	<i>Partido Comunista de Venezuela</i>
PDVSA	<i>Petróleos de Venezuela S.A.</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	<i>Primero Justicia</i>
PRV	<i>Partido Revolucionario Venezolano</i>
PSUV	<i>Partido Socialista Unificado de Venezuela</i>
TSJ	<i>Tribunal Supremo de Justicia</i>
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
URD	<i>Unión Republicana Democrática</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1. Identificando a teoria de Klare.....	16
2.2. O envolvimento do Estado na indústria do petróleo.....	17
2.3. A tomada de consciência dos países exportadores	18
3. O PETRÓLEO E A FORMAÇÃO ECONÔMICA DA VENEZUELA.....	21
3.1. Dos Primórdios Até 1960: A descoberta do petróleo e a instabilidade política	21
3.2. De 1960 Até 1998: As oscilações do preço do petróleo e o regime de <i>Puntofijo</i>	26
3.3. De 1998 Até 2013: O petróleo valorizado e a presidência de Hugo Chávez.....	38
3.4. De 2013 Em Diante: O surgimento da crise e a presidência de Nicolás Maduro.....	54
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

1. INTRODUÇÃO

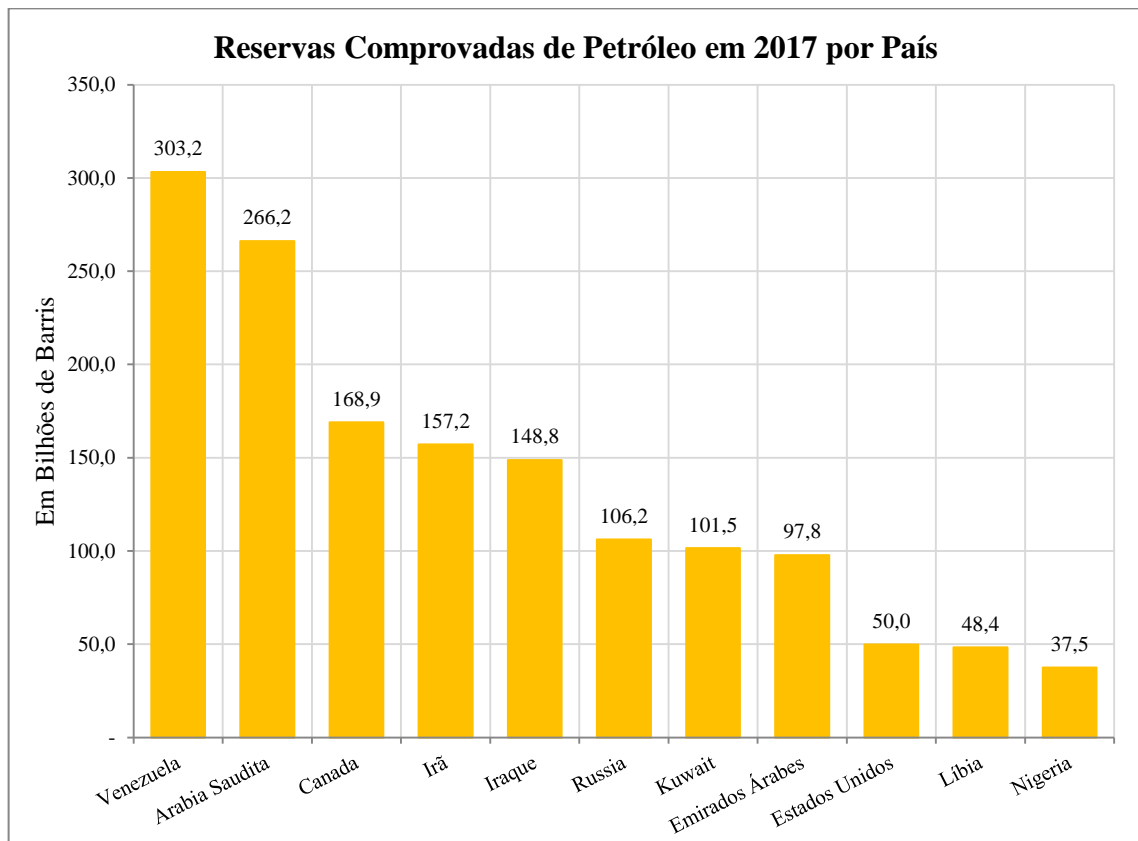
As sociedades atuais estão marcadas por radicalismos e polarizações baseadas em posições políticas e ideológicas, construídas e acentuadas ao longo das últimas décadas. Verifica-se de todos os lados buscas incessantes, a qualquer preço, para comprovar perspectivas, persuadir o próximo e rechaçar o discordante.

Esta realidade torna-se ainda mais evidente quando o assunto é a Venezuela em virtude de suas complicações econômicas, sociais, políticas e humanitárias. Tanto a imprensa, quanto as redes sociais e até o meio universitário veiculam as mais diversas informações e notícias, muitas das quais sem qualquer compromisso com a pesquisa.

Soma-se a isto a má vontade política e a falta de apoio econômico dos demais países. Quando existentes, são mínimos os esforços para contribuir com a recuperação do governo venezuelano ou prestar assistência e proteger seus cidadãos no estrangeiro. Ocorre uma condenável desatenção e esquecimento.

Sabendo a importância de colocar este tema em debate como pontapé inicial para construir o conhecimento e reverter o quadro apresentado, este trabalho se propõe a analisar a variável petrolífera como um dos motivos causadores da crise venezuelana identificada a partir de 2013.

Inevitavelmente razões complementares serão suscitadas e apresentadas no intuito de contribuir para a compreensão da crise em sua totalidade. Contudo, optou-se por centralizar a análise na questão petrolífera devido à liderança mundial da Venezuela em volume de reservas em território, liderança em volume de exportação nas Américas e seu pioneirismo na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Figura 1: Reservas Comprovadas de Petróleo por País¹.

Fonte: BP Statistical Review of World Energy June 2018. Elaboração do Autor.

De acordo com dados de 2017 da *British Petroleum*, multinacional do setor energético sediada no Reino Unido originalmente *Anglo-Persian Oil Company*, a Venezuela ultrapassa em 37 bilhões de barris a Arábia Saudita em termos de volume de reservas comprovadas de petróleo em seu território, isto é, reservas descobertas e que podem ser extraídas com a tecnologia existente. A representatividade desta riqueza na contemporaneidade será examinada na fundamentação teórica, valendo-se das obras de Michael T. Klare, Ilmar Penna Marinho Jr. e Daniel Yergin sobre a temática da segurança energética.

Mesmo com toda esta capacidade, invejada e desejada pelas grandes potências mundiais, o povo venezuelano sofre com uma profunda crise nas suas condições de vida, evidenciada por números internacionalmente reconhecidos referentes à inflação, dívida externa, incapacidade produtiva, segurança, desemprego, emigração, dentre outros, a serem explorados no decorrer deste trabalho.

¹ Os números da BP baseiam-se em uma combinação de fontes oficiais primárias, dados do Secretariado da OPEP, *World Oil*, *Oil & Gas Journal* e pesquisas independentes. Já incluem estimativas oficiais sobre o volume de petróleo: nas areias petrolíferas canadenses, ainda em investigação, e; na Faixa Petrolífera do Orinoco, na Venezuela.

Para compreender este paradoxo, ou melhor, atingir o objetivo de pesquisa proposto, será necessário traçar um histórico da formação econômica, política e social da Venezuela, identificando os caminhos trilhados pelos diferentes governos tendo em vista a indústria petrolífera nacional, o preço do barril e a sua relação com o comportamento do mercado mundial deste mesmo hidrocarboneto.

Assim, este estudo se divide em quatro seções que seguem a sequência temporal. Partir-se-á do início do século XX, momento cujo petróleo assume absoluto domínio tanto na balança comercial do país, quanto em termos mundiais, com o nascimento das empresas líderes e seu oligopólio. Em seguida observa-se a onda de reivindicação do petróleo pelos países detentores de reservas em seu território. Isto compreende o surgimento das companhias estatais a partir de 1960, concomitante ao regime político *puntofijista* venezuelano, até os retrocessos provocados pelo liberalismo da década de 1990. A terceira seção inicia-se com as eleições presidenciais de 1998 e o chavismo ganhando forma, beneficiado por altos valores do barril convertidos em avanços sociais. Por fim os anos mais recentes sob a presidência de Nicolás Maduro com a reversão das tendências positivas e o surgimento da crise.

Vale ressaltar ainda, a intenção de fugir dos radicalismos e extremismos para desenvolver um conhecimento multifatorial e equilibrado, capaz de reunir posições múltiplas. Esta difícil tarefa poderá ser conquistada com as contribuições de autores das mais amplas: vertentes políticas, origens e prestígio acadêmico.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O arcabouço teórico a ser explorado neste trabalho remete às concepções de Michael T. Klare sobre segurança energética, atribuindo ao petróleo seu devido papel na promoção de conflitos e crises. Este acadêmico de Massachusetts tem como foco os estudos de segurança mundial para a paz. Suas obras mais bem aceitas e reconhecidas foram desenvolvidas no início do século XXI, em um ambiente de escalada da insegurança, com os conflitos e o terror alcançando seu território natal.

Naturalmente sua atenção é direcionada para a construção da hegemonia americana. O domínio mundial em termos econômicos e militares teria ocorrido com base no consumo progressivo de petróleo, enquanto sua produção reduzia-se gradativamente. Esta contradição é referida por Klare (2004) como *The Dependency Dilemma*, pois impõe aos Estados Unidos uma dependência cada vez maior em relação à importação deste bem, os obrigando a estabelecer alianças com regimes autoritários, se assumir como reféns da capacidade dos países detentores das reservas em garantir o fluxo ininterrupto de petróleo e se envolver em guerras mortais.

Tal realidade é um resultado de sucessivos programas de governo, ou “doutrinas”, incapazes de reverter à tendência de aumento das importações iniciada ainda durante o governo Franklin D. Roosevelt na década de 1930, culminando na política de George W. Bush dos anos 2000.

Valendo-se dos dados divulgados pela *U.S. Energy Information Administration* (EIA), apenas no período 2005-2014 houve uma redução no volume de importação de petróleo bruto e produtos derivados do petróleo nos Estados Unidos. Ainda assim, é válida a afirmativa de que os esforços para o aumento da eficiência de combustível em automóveis ou expansão de áreas a serem exploradas são insignificantes quando comparados às políticas preocupadas em tornar o petróleo um tema de segurança nacional, sendo passível o emprego das forças militares.

Como resultado do emprego da força, o sentimento antiamericano se expande, carregando consigo o número de soldados mortos, violência civil e a possibilidade de novas guerras interestatais em torno das escassas e instáveis fontes. Há ainda os custos econômicos e morais cada vez maiores.

2.1. Identificando a teoria de Klare

Apesar da fixação do autor sobre a relação entre Estados Unidos e o petróleo, é possível extrair e congregar suas concepções gerais sobre segurança energética. O ponto inicial da sua perspectiva está no crescimento insustentável de muitas matérias-primas chaves. À medida que aumenta a população humana, as sociedades necessitam de uma extensa gama de recursos cada vez em maior quantidade para satisfazer as necessidades materiais básicas dos indivíduos que as compõem, sejam minérios, água, madeira, petróleo, ou algum outro. Consequentemente há uma deterioração do meio ambiente e a oferta total disponível destas matérias diminuirá.

Ainda que a história tenha revelado a capacidade do homem de se reinventar, ao explorar materiais substitutivos, introduzir novas tecnologias ou descobrir novas fontes, Klare (2001) aponta que a inevitável escassez destes bens fundamentais provocará uma disparada dos preços no mercado mundial, tornando-os ainda mais valiosos. Estas forças do mercado tendem a acentuar os conflitos dentro dos Estados e entre eles, na busca pelo controle do abastecimento.

Nenhum destes recursos é tão propenso a gerar conflitos entre os Estados como o petróleo. Ainda que seja abundante atualmente, trata-se de um elemento finito, não renovável e vital para as sociedades industriais avançadas do Século XXI. Não há outro com tamanha versatilidade na economia, com utilização tão ampla e intensa, desde energia elétrica, passando pela calefação de ambientes e matéria prima para plásticos e diversos outros produtos, até combustíveis para transporte, sendo assim força motriz da indústria, agricultura e segurança.

Portanto, em algum momento futuro ainda imprevisível, o fluxo disponível deixará de acompanhar a demanda crescente e o mundo enfrentará sua carência. Qualquer interrupção prolongada de abastecimento é vista como uma ameaça mortal para a segurança dos cidadãos e do Estado e, portanto, torna-se tema passível para o emprego das forças militares.

2.2. O envolvimento do Estado na indústria do petróleo

Este raciocínio incorporado na pauta de segurança nacional de Klare (2001) demonstra-se historicamente e gradativamente assimilado tanto pelos países importadores de petróleo quanto pelos exportadores.

Conforme apresentam Ilmar Marinho Penna Jr. (1989), um dos principais pesquisadores brasileiros sobre petropolítica, profundo conhecedor da Petrobrás e da história do petróleo, e Daniel Yergin, autor com experiência na iniciativa privada e papel consultivo em diferentes governos estadunidenses, os primeiros indícios de envolvimento do Estado na indústria do petróleo remontam ao início do século XX, com o surgimento de empresas líderes. Elas foram capazes de organizar a indústria, concentrar poder e se internacionalizar a partir de seu caráter pioneiro em adotar mecanismos e estratégias econômicas, o acesso a determinados mercados ou rotas exclusivas e o apoio político. Assim, encerrava-se um período de predomínio de pequenas companhias que produziam em excesso, sem consciência e coordenação a ponto de exaurir os poços e instabilizar os preços.

Em 1914, logo antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial, Winston Churchill já apresentava à Câmara dos Comuns um projeto de lei para obtenção do controle acionário da multinacional *Anglo-Persian Oil Co*: “Primeiro é preciso acumular neste país reserva de óleo suficiente para garantir nossa segurança na guerra” (MARINHO JR., 1989, p. 31). A escolha pela aquisição demonstrou-se acertada quando as operações de combate, reconhecimento e logística passaram a depender do acesso às principais reservas de petróleo, isto é, no uso de veículos a motor de combustão interna como carros, caminhões, aviões, tanques e principalmente na frota da marinha britânica, a respeitada *Royal Navy*. Este foi fator fundamental para a vitória aliada em 1918 (KLARE, 2001).

O sucesso deste modelo somado à rápida e inesperada popularização dos automóveis à combustão no decorrer da década de 1920 levou outras grandes potências mundiais a adotarem posturas similares em relação às empresas nacionais, nublando a linha divisória entre propriedade e participação privada e estatal, seja de forma explícita ou não. Com o suporte de seus respectivos governo, as grandes companhias trataram de formar um cartel internacional de petróleo, substituindo as eventuais disputas por acordos de divisão do globo em termos de clientes, preços e cotas de produção. Este oligopólio foi referido ironicamente como “sete irmãos” por Enrico Mattei, comissário da *holding* italiana *Ente Nazionale*

Idrocarburi (ENI), e era composto por: *Standard Oil, Royal Dutch-Shell, Anglo-Persian Oil Co, Mobil Oil, Gulf Oil, Texaco e Standard Oil of California* (YERGIN, 2011).

Este grupo reteve lucros gigantescos e cada vez maiores, potencializado por três fatores principais. Primeiro, pelos resultados da Segunda Guerra Mundial, cujas estratégias de combate foram guiadas pelo acesso ao petróleo. Foi o caso, por exemplo, da invasão alemã à Rússia e do bloqueio das exportações de petróleo estadunidenses ao Japão, ambos em 1941 (KLARE, 2001). Segundo, pela descoberta do volume e da rentabilidade do petróleo no Oriente Médio, região que serviu de cenário para demonstrações exacerbadas de ganância materializadas nos contratos de concessão de exploração, cujos Estados originalmente detentores das reservas pouco participavam dos lucros dessa indústria. Terceiro, pelos esforços para reconstrução da Europa logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Enquanto no período 1913-1947 as companhias internacionais obtiveram um lucro bruto de 3,7 bilhões de dólares, entre 1948 e 1960 este valor subiu para 28 bilhões de dólares (MARINHO JR., 1989). Estavam sendo assentadas as bases da sociedade a qual conhecemos hoje, altamente dependente do consumo de petróleo (YERGIN, 2011).

2.3. A tomada de consciência dos países exportadores

Ao tomar consciência da lucratividade proveniente da exploração do petróleo, os países detentores de reservas em seu território iniciaram esforços para fugir de sua posição subordinada. Tal desejo tornou-se factível no decorrer da década de 1950, quando seus nacionais passaram a reunir conhecimento técnico, houve acúmulo de capitais e atingiu-se a independência política real, quer dizer, razoável estágio de autodeterminação política e econômica, sentimento de nacionalismo e igualdade entre as nações, emanado da Carta das Nações Unidas de 1945 (MARINHO JR., 1989).

Ainda assim, as tentativas bruscas de instituir novos arranjos legislativos, por meio da expropriação dos bens das empresas estrangeiras, foram respondidas com boicotes ou embargos econômicos, uso de fontes de suprimento alternativas, ou, até mesmo, com intervenções militares. São exemplos: o boicote do cartel internacional ao México em 1938 e ao Irã em 1951, a incursão anglo-franco-israelense contra o Egito em 1956 e a intervenção anglo-americana no Líbano e na Jordânia em seguida a Revolução Iraquiana em 1958.

Contudo elas contribuíram com a mudança da mentalidade e percepção de que o jogo da indústria do petróleo mundial estava prestes a mudar (KLARE, 2001).

Paulatinamente os países produtores lograram maior responsabilidade sobre a produção, os preços e lucros, reformulando prazos de concessão, restringindo as áreas de extração, elevando a incidência fiscal, priorizando emprego para seus nacionais e participando mais da tomada de decisão das empresas sobre as diferentes etapas da produção. Estes avanços estão intimamente relacionados com o surgimento de companhias independentes de médio porte subestimadas pelo oligopólio das gigantes. Auxiliadas por cotas na importação estadunidense e restrições ecológicas, elas adentraram no mercado internacional ao atender as novas condições impostas pelos países produtores e cortar margens de lucro nos preços de venda (MARINHO JR., 1989).

O controle indireto do Estado não resultou no aumento esperado das receitas unitárias dos países produtores. Isto ocorreu em razão da queda nos preços do barril, uma consequência do: surgimento de novas empresas concorrentes, da redução da procura na Europa, das restrições de importação nos Estados Unidos, da erosão monetária e das reduções unilaterais praticadas pelas grandes companhias sobre os preços de referência do petróleo. (MARINHO JR., 1989).

Ao invés de minar os esforços realizados até então, a frustração impulsionou dois novos passos rumo ao controle efetivo dos produtores: a substituição de companhias concessionárias por estatais e aliança política desses países para defender seus interesses internacionalmente (YERGIN, 2011).

A criação das estatais, de acordo com Marinho Jr. (1989, p. 100), era o principal meio de: “reduzir a dependência do país em relação ao cartel internacional; possibilitar ao país desenvolver sua própria indústria nacional de petróleo, abrindo “uma janela” para a indústria internacional e; finalmente, assegurar o suprimento de petróleo em bases confiáveis e menos onerosas”.

Já a aliança política ocorreria sob a égide da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) em 1960, envolvendo Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela. A estes se somaram Catar, Líbia, Bahrein, Argélia, Nigéria, Equador, Gabão, Emirados Árabes Unidos e Angola para estabelecer a composição atual. A criação desta nova instituição fez

tremer o mercado mundial de petróleo, atribuindo a este recurso um caráter excepcional na estabilidade econômica mundial (KLARE, 2001).

A Guerra do Yom Kippur de 1973 representa esta ideia, colocando frente a frente Israel, apoiado, sobretudo, por Estados Unidos e Holanda, e uma fusão entre Egito e Síria, que contou com a contribuição da Jordânia, Iraque, Arábia Saudita, Líbia, Tunísia, Argélia, Marrocos, Cuba e União Soviética. Como forma de punir o envolvimento dos estadunidenses e holandeses na guerra, os países produtores de petróleo decidem coletivamente embargar o carregamento do seu principal produto, causando uma crise energética referida como o “Primeiro Choque do Petróleo” (YERGIN, 2011).

Foi dessa forma que a proteção e o controle das reservas de petróleo dominaram a mentalidade econômica, convertendo-se em preocupação primordial da planificação nacional de segurança. Em maior ou menor medida, a economia dos países exportadores é refém da sua capacidade de produção do petróleo e do custo no mercado internacional. Quando os preços estão altos e o petróleo flui em quantidades suficientes, estes Estados são capazes de desenvolver suas economias e atender as necessidades de sua população cada vez mais numerosa e próspera. Entretanto, se existem riscos ou barreiras à extração e preços abaixo do nível tolerado, é inevitável a depreciação das condições de vida e da saúde financeira (KLARE, 2001).

É importante atentar para o trecho “em maior ou menor medida”. Sabe-se que muitos países conseguiram, ainda que parcialmente, fugir da referida condição de refém ao utilizarem os lucros do petróleo em fundos soberanos, criando uma riqueza duradoura, ou na promoção de uma indústria nacional, libertando-se também da dependência sobre as importações de bens de necessidade básica.

Ao realizar o estudo histórico no capítulo subsequente, pretende-se compreender como ocorreu este processo na Venezuela, isto é, qual caminho foi trilhado, se houve sucesso ou se o tratamento histórico com os lucros do petróleo figura entre os motivos que resultaram na crise atual. Assim, será possível estabelecer um paralelo entre a teoria de Klare referente à dependência dos países exportadores de petróleo sobre este recurso e a realidade venezuelana.

3. O PETRÓLEO E A FORMAÇÃO ECONÔMICA DA VENEZUELA

3.1. Dos primórdios até 1960: a descoberta do petróleo e a instabilidade política

A Venezuela, em consonância com a realidade latino-americana, teve na agroexportação as bases de sua economia no período antecedente ao século XX. Num primeiro momento cacau, e depois, café, açúcar e gado foram responsáveis por gerar grande parte da renda do país, somando mais de 80% das exportações totais em 1890 (SOUZA, 2008 *apud* RIBEIRO, 2015).

A sociedade venezuelana enfrentava uma realidade social profundamente adversa. Em 1900, 70% da população era analfabeta e 85% vivia na zona rural. (KARL, 1997 *apud* RIBEIRO, 2015). Este ambiente era propício para o fortalecimento de líderes regionais ligados ao poder militar e às grandes fazendas, figuras conhecidas como *caudillos*, caracterizadas pelo seu carisma (RIBEIRO, 2015).

Em 1908, com o golpe militar de Juan Vicente Gómez e a instauração de um regime ditatorial, os *caudillos* ascenderam ao poder central instituindo uma rede de obrigações e favores pessoais entre os seus aliados políticos (LOPES, 2011 *apud* RIBEIRO, 2015).

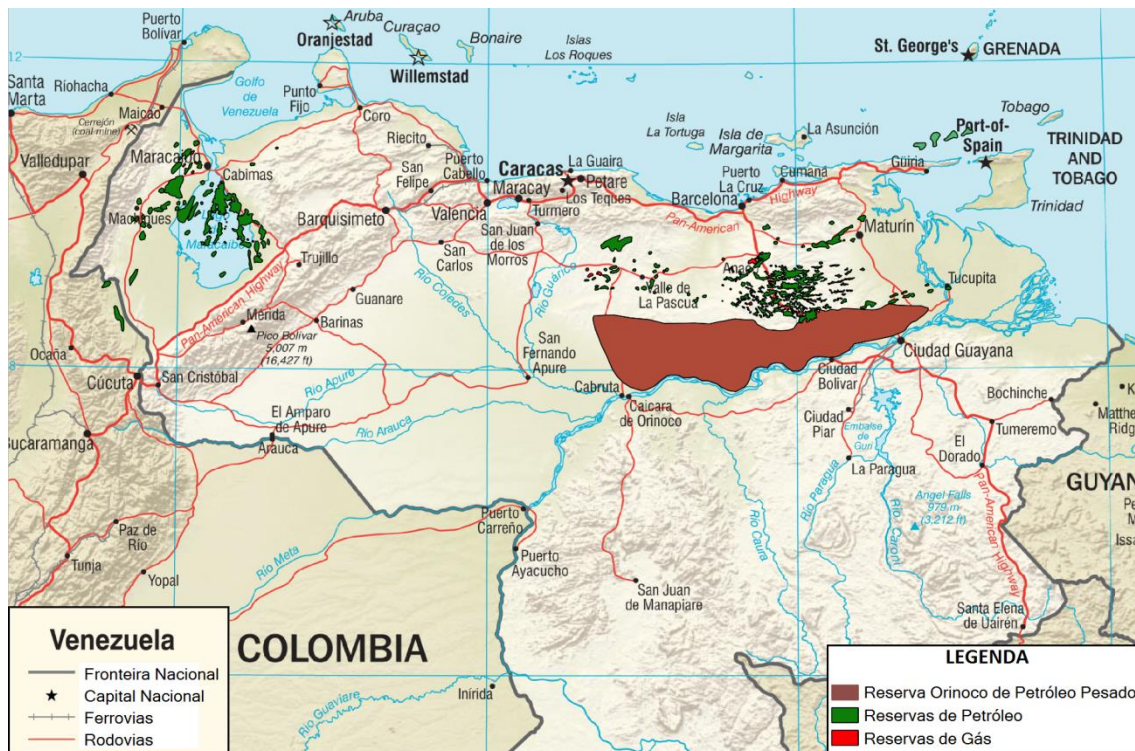
Foi neste contexto de fraco institucionalismo e corrupção que o petróleo é descoberto na Venezuela no ano de 1914 em Mene Grande (FIGUEIRA, 2017). Este era um povoado localizado no Estado de Zulia, ao noroeste do território venezuelano conforme apresentam as figuras 2 e 3.

Figura 2: Mapa Político da Venezuela



Fonte: www.cia.gov/library/publications/resources/cia-maps-publications/Venezuela.html (2018). Editado pelo autor.

Figura 3: Mapa das Reservas de Petróleo e Gás na Venezuela



Fonte: www.cia.gov/library/publications/resources/cia-maps-publications/Venezuela.html (2018). Editado pelo autor.

Desde então, estabeleceu-se um modelo de desenvolvimento baseado na divisão da renda proveniente do petróleo, isto é, uma fonte peculiar de fundos para o Estado. Dado que este detém as reservas, a renda petroleira não provém dos cidadãos, mas das próprias oscilações de preços do mercado mundial, permitindo ao Estado uma posição de independência em relação à sociedade e à economia interna. Esta é a percepção de rentismo petroleiro para José Toro Hardy (2009), destacado economista e professor universitário venezuelano que já participou da atividade pública como membro das empresas estatais venezuelanas de petróleo.

Até 1941 os líderes estatais concentraram-se em manter seu poder no comando do país e reunir privilégios pessoais via barganhas com as mais poderosas companhias de petróleo do mundo como a *Standard Oil*, *Royal Dutch-Shell* e *Texaco*. Para tanto, foi criada a empresa *Compañía Venezolana de Petróleo*, com escritório em Nova York, exclusivamente para promover o loteamento de concessões de exploração de petróleo (MARINHO JR, 1989).

Este período inicial foi marcado pela criação de um aparato legislativo que sofreu constantes alterações. No primeiro momento a Venezuela adotou um caráter inédito entre os

principais produtores de petróleo do globo com uma postura de enfrentamento ao Cartel Internacional do petróleo evidenciado primeiro em 1918, com o *Decreto Regulamentário del Carbón, Petróleo y Sustancias Similares*, que estipulava a taxa de royalties entre 8% e 15%, e depois em 1920, com a primeira *Ley de los Hidrocarburos*, que ampliava o mínimo de royalties para 15% (BARROS, 2007 *apud* RIBEIRO 2015). Contudo, por pressão das companhias estrangeiras, o pioneirismo logo converteu-se em mesmice: nos anos de 1922, 1925, 1930 e 1935 foram aprovadas novas lei de expansão das terras a serem concedidas e novos termos de concessão que abriam as portas para o controle externo (MARINHO JR, 1989).

O crescimento da produção e da descoberta de reservas foi tamanho que, ainda na década de 1920, a Venezuela conquistava o posto de segundo maior produtor de petróleo do globo (LUCENA, 2008 *apud* FIGUEIRA, 2017), muito graças ao poço de Barroso, na Bacia de Maracaibo (YERGIN, 2011).

Enquanto em 1921 o país produzia um milhão de barris por ano, em 1927, a produção ultrapassava 135 milhões de barris por ano, explosão esta que garantiu a expansão econômica, o emprego, um quadro fiscal saneado e dívida externa zerada, mesmo no período posterior a crise econômica americana de 1929, de queda dos preços do barril (FIGUEIRA, 2017). Dessa forma era natural a concentração cada vez maior da economia sobre o setor petrolífero:

Os recursos econômicos do Estado aumentaram consideravelmente pelas exportações petrolíferas, que passaram de 46,6% das exportações totais, em 1925, para 86,1% em 1935. Observa-se que esse percentual permaneceu praticamente o mesmo até 1960. (LUCENA, 2008, p. 33, *apud* FIGUEIRA, 2017).

A conseqüente apreciação da moeda venezuelana, o bolívar, impactou fortemente no setor agrícola, dado que os alimentos estrangeiros tornaram-se muito baratos para serem importados. Com a produção interna afetada, o governo decide por subsidiar o desenvolvimento da agricultura com petrodólares, intensificando a dependência por esta renda (KARL, 1997 *apud* RIBEIRO, 2015).

Este processo afetou diversos setores econômicos no decorrer da história venezuelana e é conhecido como “doença holandesa”. Trata-se de uma referência à enfermidade contraída pela Holanda na década de 1960 em que as empresas domésticas perderam competitividade, a produção interna se contraiu, houve desindustrialização. Os bens manufaturados foram

importados em razão da moeda supervalorizada, oriunda da abundância da extração de gás natural (YERGIN, 2011).

A chegada da década de 1940 traz consigo uma retração do comércio internacional vinculada a Segunda Guerra Mundial. Por consequência, a venda do petróleo despenca e uma crise se propaga na Venezuela, com escassez de manufaturados, inflação e retração de 10% no PIB e de 12% no PIB per capita (FIGUEIRA, 2017). Para completar, as companhias petrolíferas estrangeiras insistiam em burlar a já precária legislação em matéria aduaneira e de conservação das jazidas (MARINHO JR., 1989).

Como resposta o governo do presidente Isaías Medina Angarita decide por uma nova reforma na *Ley de los Hidrocarburos* em 1943, seguindo as concepções já debatidas entre economistas latino-americanos imbuídos pelo espírito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) que viria a ser fundada cinco anos mais tarde (FIGUEIRA, 2017). Além de aumentar em 1,6% os royalties estatais sobre os lucros do petróleo para promover a industrialização via substituição de importações, esta proposta explicitava o desejo do Estado em controlar indiretamente a indústria do petróleo. Era de interesse público a concentração e fomentação das diferentes etapas da produção em território nacional, especialmente o refino, cuja parcela deveria ser obrigatoriamente realizada antes da exportação (MARINHO JR., 1989).

Apesar de elevar constantemente a produção e seus lucros – atingindo o marco sem precedentes de um milhão de barris por dia -, a matéria e a aplicação da lei de 1943 resguardava algumas contradições como a duração das concessões em quarenta anos e a isenção de dívidas fiscais de subsidiárias estrangeiras (MARINHO JR., 1989).

Assim, as negociações foram retomadas até que, em 1948 o presidente Rómulo Gallegos Freire instituiu um novo mecanismo de divisão dos lucros conhecido como *Fifty-Fifty*, garantindo mais divisas ao Estado. A partir de então a soma dos impostos alcançaria a marca mínima de 50% sobre os lucros das empresas internacionais atuantes na Venezuela no ramo do petróleo. O consentimento da outra parte foi obtido com renovação das concessões de exploração, suspensão dos processos fiscais por evasão de impostos e o surgimento de companhias independentes de médio porte, subestimadas pelo oligopólio das gigantes, mas que ameaçavam o *status quo*. Este modelo foi replicado por outras nações e consagrado como fórmula universal de tributação dentro do sistema concessionário da década de 1950 (MARINHO JR., 1989).

Sem embargo, os esforços industrializantes não surtiram o efeito esperado. O controle indireto sobre a indústria do petróleo, baseado em tarifas e impostos, demonstrou-se economicamente ineficiente, politicamente falho e socialmente insuficiente (MARINHO JR., 1989). As camadas populares permaneceram com poder de compra limitado e as classes mais favorecidas se voltaram para os produtos importados, beneficiados pela prevalência do câmbio valorizado (FIGUEIRA, 2017).

Um importante fator que contribuiu para esta realidade foi a instabilidade política. Entre 1914, ano da descoberta da primeira reserva petroleira em território venezuelano, e 1959, ou seja, 45 anos, a Venezuela contou com 12 presidentes diferentes, empossados via eleições diretas, indiretas, renúncias e golpes, sejam democráticos ou ditatoriais, civis ou militares (SILVA, 2009).

Estes governos tampouco conseguiram canalizar os lucros advindos do petróleo para o Estado, mesmo havendo iniciativas neste sentido. As elites econômicas e políticas dominantes optaram por transferir para as principais corporações petrolíferas mundiais a prerrogativa de explorar o petróleo, em virtude de interesses particulares congruentes colocados acima do bem coletivo (SILVA, 2009).

3.2. De 1960 até 1998: as oscilações do preço do petróleo e o regime de *Puntofijo*

A chegada da década de 1960 carrega consigo uma remodelagem do jogo de forças do petróleo nas esferas nacional e internacional. Na Venezuela se consolida o regime de “*Punto Fijo*”, assinado em 1958 por três partidos: *Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI)*, *Acción Democrática (AD)* e *Unión Republicana Democrática (URD)*.

O primeiro, COPEI, tem suas raízes em uma organização estudantil universitária cristã, criada no ano de 1936 para contestar a direção socialista da *Federación de Estudiantes de Venezuela*. Tal organização só receberá seu nome atual na virada do ano de 1945 para 1946, momento em que se estrutura e oficializa como partido político, tendo Rafael Caldera como um de seus principais fundadores. Já a AD remete a *Asociación Revolucionaria de Izquierda (ARDI)*, um grupo de líderes estudantis alimentados pelas doutrinas marxistas e exilados pelo regime militar ditatorial do final da década de 1920 que se dissociaram do

leninismo do *Partido Revolucionario Venezolano* (PRV). À medida que ganharam força via novas alianças e separações, seus membros optaram por adicionar uma roupagem populista e adotar a ideologia socialdemocrata, instituindo em 1941 a *Acción Democrática*. Associando-se a um setor da juventude militar em 1945 foram capazes de realizar um golpe político e colocar Rómulo Betancourt no poder, uma figura que personificava o partido. Por fim a URD que, apesar de se considerar oposição, pouco se diferenciava em termos ideológicos da AD. Também possuía orientação socialdemocrata e populista, de apoio a intervenções econômicas por parte do Estado para promoção da justiça social, centrada na liderança de Jóvito Villalba e fundada em 1945 (CHACÍN, 2015).

O mencionado recém-inaugurado arranjo político tinha como objetivo a defesa da constitucionalidade e direito de governar conforme o resultado eleitoral, inclusão de todos os partidos e outros elementos da sociedade no gabinete executivo do partido ganhador e instituição de um programa de governo mínimo comum (ANUARIO DEL INSTITUTO DE DERECHO COMPARADO, 1999). Para tanto, os três partidos acabaram convergindo para o centro-direita do espectro político, reduzindo sua confrontação política e diferenças ideológicas, de forma a manter-se no poder exclusivamente até 1993, alternando presidentes da COPEI e da AD (CHACÍN, 2015).

Ainda que sofresse pela debilidade institucional e instabilidade política em razão da radicalização de grupos deixados à margem da legalidade, sobretudo o *Partido Comunista de Venezuela* (PCV), considerado o núcleo do PRV, e seus dissidentes que formaram o *Movimiento al Socialismo* (MAS), este sistema permitiu a adoção de novas medidas protecionistas, evidenciadas nos decretos 173, 512 e 803. De modo geral, a finalidade era elevar os impostos dos produtos importados, inicialmente com permissões específicas a bens do setor industrial intermediário e, em momento posterior, incentivos à substituição de bens intermediários (FIGUEIRA 2017). As indústrias de alumínio, aço, hidroeletricidade e petroquímica receberam especial atenção, enquanto a agroindústria permanecia enfraquecida. Como resultado houve intensa urbanização e êxodo rural (KARL, 1997 *apud* RIBEIRO, 2015) e a indústria atingiu um crescimento de 5% anual, ainda que já demonstrasse sinais de saturação (FIGUEIRA 2017).

Outra mudança se insere no contexto do mercado internacional do petróleo, uma resposta à queda das receitas unitárias dos países produtores mesmo após seus avanços sobre o controle da produção. Isto era uma decorrência da queda no preço do barril de petróleo a

partir de 1959, afetado pelo surgimento de novas empresas concorrentes, da redução da procura na Europa, das restrições de importação nos Estados Unidos, da erosão monetária e das reduções unilaterais praticadas pelas grandes companhias sobre os preços de referência (MARINHO JR., 1989).

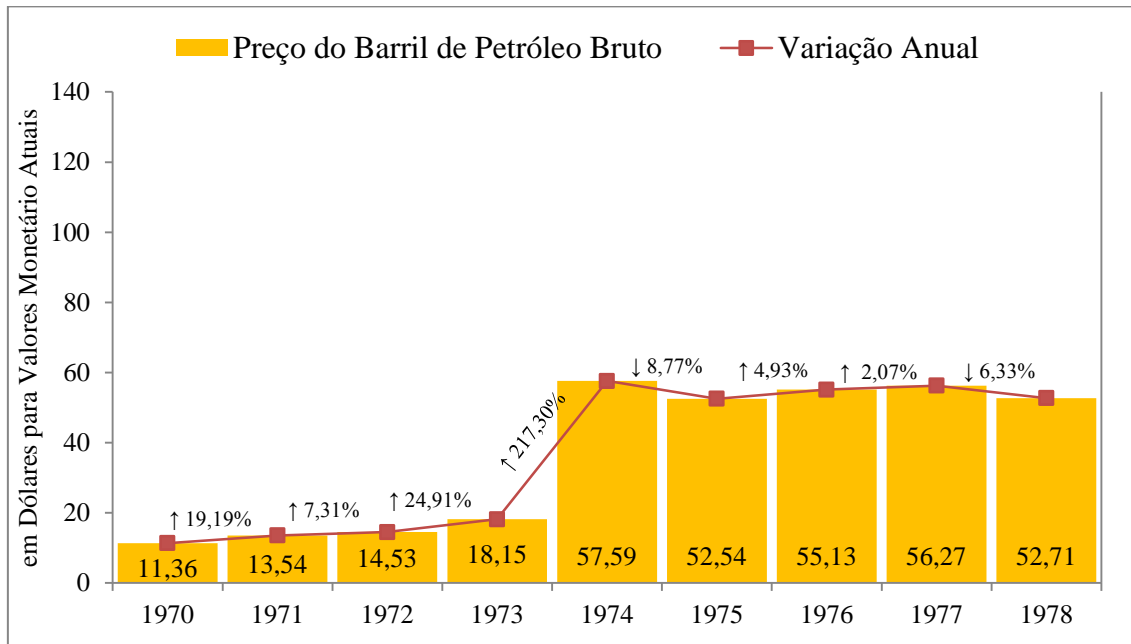
Assim, dois novos passos rumo ao controle efetivo dos produtores foram tomados: a substituição de companhias concessionárias por estatais e aliança política desses países para defender seus interesses internacionalmente (MARINHO JR., 1989).

A Venezuela decide criar sua própria estatal petroleira no ano de 1960, a qual delegaria a responsabilidade sobre toda a cadeia produtiva do petróleo, desde a exploração até a comercialização. Esta companhia recebeu o nome de *Corporación Venezolana del Petróleo* (CVP) e permaneceu operante até 1978 (SILVA, 2009).

Além disso, os principais países produtores de petróleo decidem se unir para formar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Apesar das discordâncias abismais entre os membros desta entidade em relação à política internacional, religião e opiniões sobre mecanismos de controle da produção, compartilhava-se o entendimento de que haveriam benefícios coletivos a partir de uma remodelagem na correlação de forças no mercado mundial de petróleo (FIGUEIRA, 2017).

Tal percepção se confirmou em 1973 quando ocorreu o “Primeiro Choque do Petróleo”, em que os preços do barril aumentaram abruptamente. Este era um reflexo do veto emitido pela Arábia Saudita sobre a entrada de petróleo em países aliados a Israel dentro do contexto da Guerra de Yom Kippur, em uma época de escalada da demanda (FIGUEIRA, 2017).

Figura 4: Preço do Barril de Petróleo Bruto (1970-1978)



Fonte: *BP Statistical Review of World Energy June 2018*. Elaboração do Autor.

Conforme dados da *British Petroleum*, o crescimento do preço do barril de petróleo bruto alcançou a marca de 217,3% entre os anos 1973 e 1974. Este acréscimo incentivou a consolidação da nacionalização do petróleo na Venezuela, agora sob a égide de outra estatal, a *Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA)* (FIGUEIRA, 2017). Sua criação foi elaborada por um comitê liderado pelo presidente Carlos Andrés Pérez em 1974, composto por representantes de todos os partidos políticos, sindicatos, setor privado, advogados e economistas especialistas no tema (SILVA, 2009).

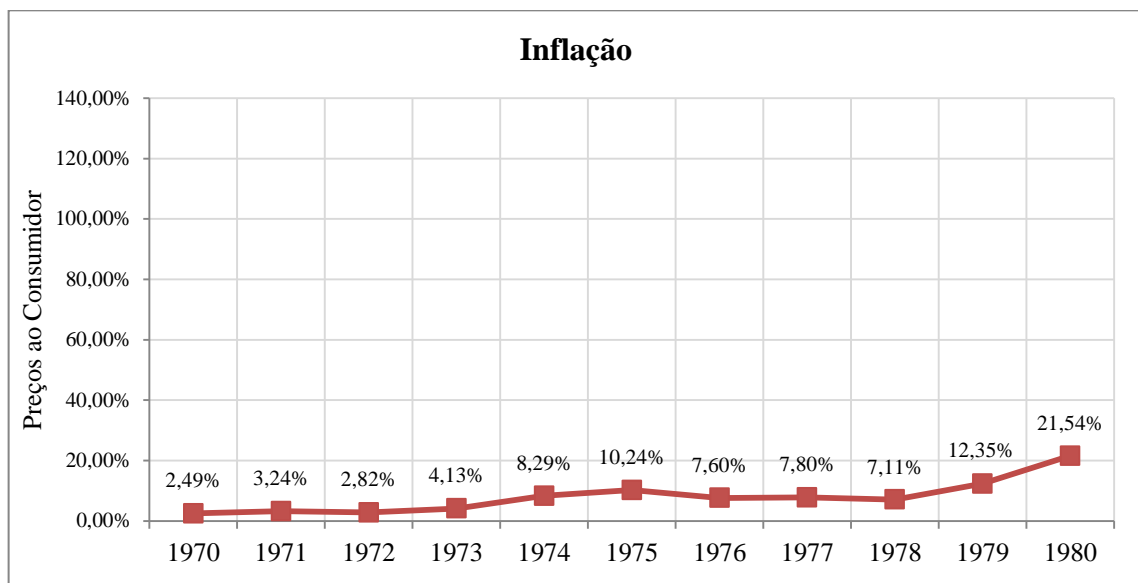
Este foi um procedimento cuidadoso e pragmático de mudança de propriedade, mas não de mudança de pessoal. 95% dos empregados já eram nacionais, assim como os dirigentes, que permaneceram em suas posições (YERGIN, 2011). Portanto o Estado atuou apenas de forma reguladora, participando pouco do processo produtivo, evitando a “politização” da companhia e possíveis instabilidades políticas (LANDER, 2005 *apud* SILVA, 2009).

Apesar da construção de todo este arcabouço para potencializar a entrada dos lucros advindos do petróleo, a Venezuela não superou obstáculos antigos. Primeiramente, a indústria nascente permaneceu dependente do mercado externo, sobretudo devido ao atraso tecnológico. Além disso, não havia incentivo a integração da cadeia produtiva (FURTADO, 1991 *apud* SILVA, 2009).

Segundo, no setor agrícola, os minifúndios não se auto sustentavam, não se verificavam propriedades médias e os latifúndios relutavam em mecanizar-se. Assim, o governo optou por importar alimentos a um baixo custo ao invés de realizar uma reforma agrária ou uma política de subsídios (FURTADO, 1991 *apud* SILVA, 2009).

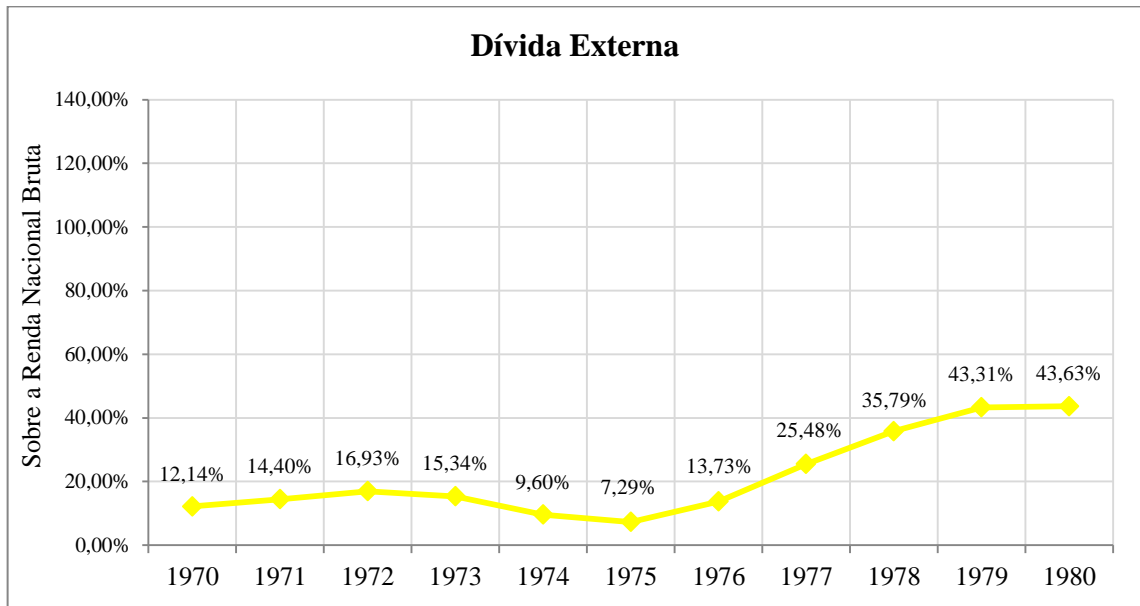
A situação se deteriorou quando o governo decidiu pela expansão fiscal, de grandes programas de investimento público - os gastos do governo elevaram-se em 250% apenas para o período 1972-1975 (KARL, 1997 *apud* RIBEIRO, 2015) -, revertendo o aumento substancial dos ingressos petrolíferos em aumento da dívida externa, ultrapassando a marca dos 40% sobre a Renda Nacional Bruta (LUCENA, 2008 *apud* FIGUEIRA, 2017). Já a inflação, medida pelo Banco Mundial de acordo com a variação percentual anual no custo médio do consumidor para uma cesta de produtos e serviços, acumulou um crescimento de 19,05% para toda a década de 1970.

Figura 5: Inflação na Venezuela (1970-1980)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração do Autor.

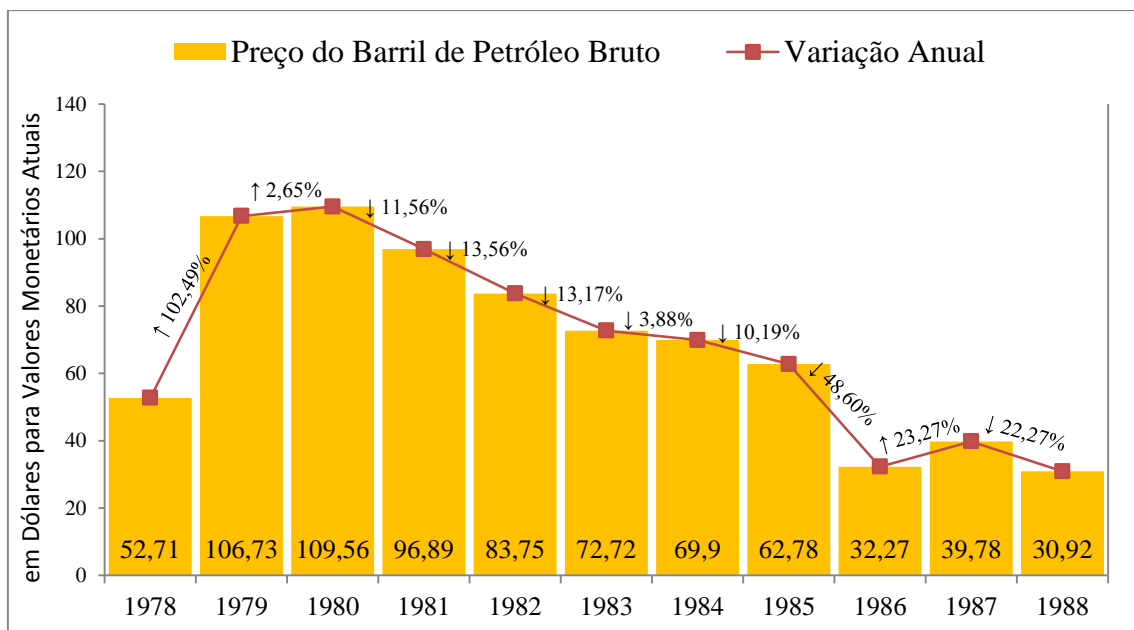
Figura 6: Dívida Externa da Venezuela (1970-1980)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração do Autor.

Estes equívocos somados à exaustão da prosperidade global do período posterior à Segunda Guerra Mundial, e consequente queda dos preços do petróleo levaram a uma época de ajuste econômico com austeridade fiscal na década de 1980 (SILVA, 2009).

Figura 7: Preço do Barril de Petróleo Bruto (1978-1988)



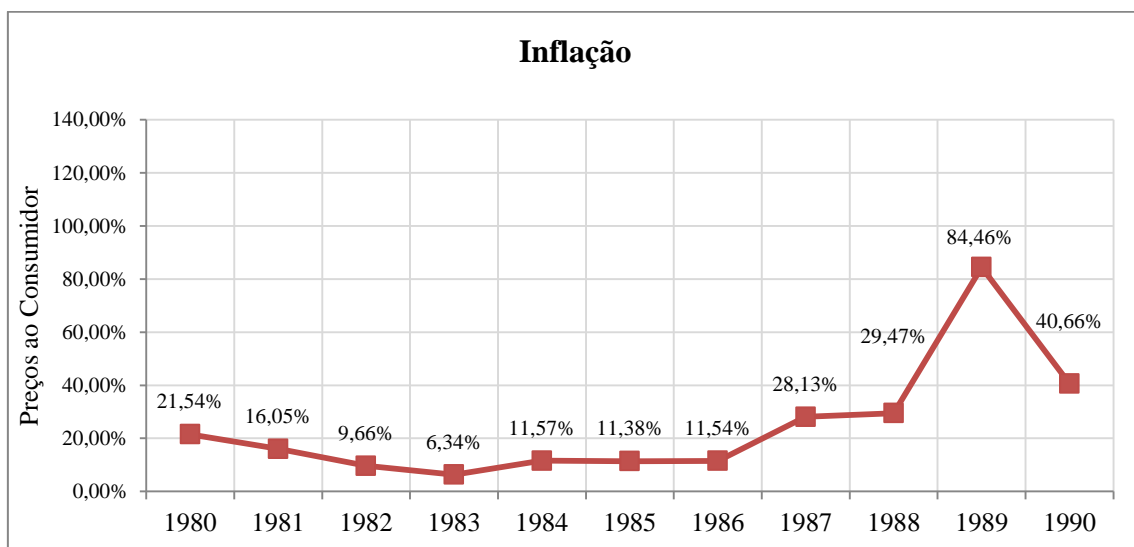
Fonte: BP Statistical Review of World Energy June 2018. Elaboração do Autor.

Nem mesmo a nova decolada de preços do barril de petróleo na passagem do ano de 1978 para 1979, com a paralisação e posterior controle da produção iraniana durante a revolução fundamentalista liderada pelo aiatolá Khomeini no Irã, no evento referido como “Segundo Choque de Petróleo”, foi capaz de reverter esta tendência negativa (RIBEIRO, 2015). Entre 1980, ano em que os preços do barril atingiram seu ápice de 109,56 dólares (em valores monetários atuais), e 1988, com 30,92 dólares (em valores monetários atuais), o petróleo bruto sofreu uma desvalorização de 71,78%.

Para completar este cenário, o movimento conjunto dos países produtores, a OPEP, se enfraquece com a utilização prioritária de canais financeiros de acumulação de capital pelos países desenvolvidos (FIGUEIRA 2017). Assim, o preço do barril de petróleo, da mesma forma que outras commodities, desvencilhou-se exclusivamente da oferta, baseada no oligopólio dos países produtores, e da demanda, influenciada pela concorrência dos bens substitutos (por exemplo, biodiesel, etanol e atualmente gás de xisto) para incluir as especulações intrínsecas à bolsa de valores internacional. Ou seja, as apostas sobre os preços do petróleo futuro passaram a influenciar no preço do petróleo à vista.

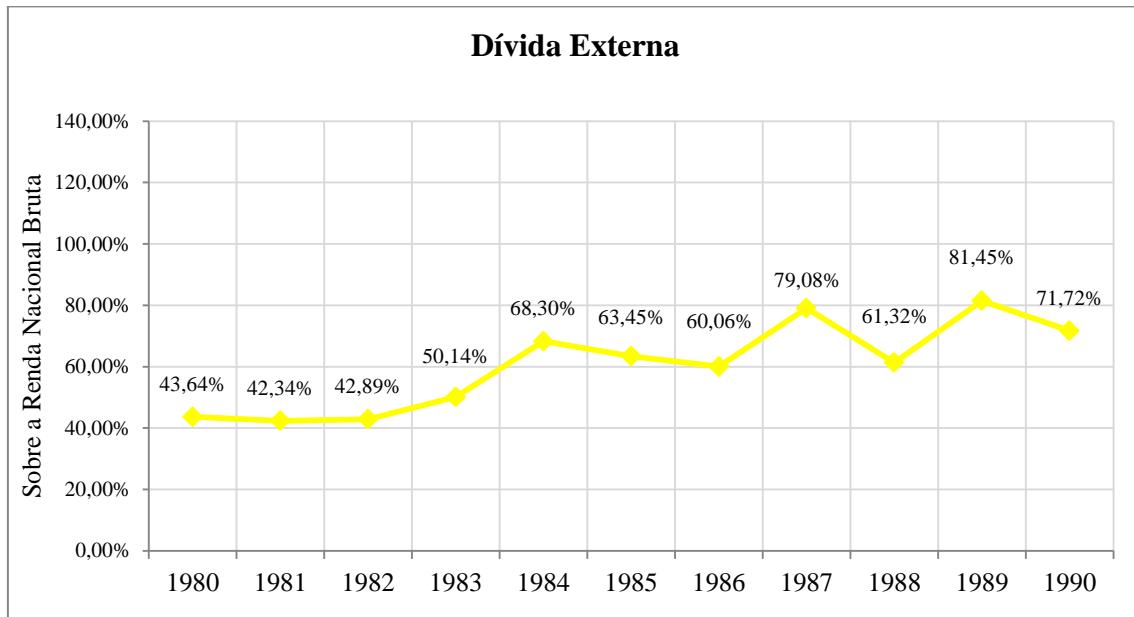
Como resultado, a moeda venezuelana sofre significativa desvalorização – a inflação atingiu 84,46% sobre os preços ao consumidor segundo dados do Banco Mundial para o ano de 1989 -, a dívida externa quase dobra – passa de 42,34% sobre a Renda Nacional Bruta em 1981 para 81,45% sobre a Renda Nacional Bruta em 1989 - e ocorre uma fuga de capitais em massa, gerando mais desemprego e freando os projetos sociais (SILVA, 2009).

Figura 8: Inflação na Venezuela (1980-1990)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

Figura 9: Dívida Externa da Venezuela (1980-1990)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

Daniel Yergin (2011), atenta para outro obstáculo enfrentado pela Venezuela no papel de petro-estado. Enquanto o petróleo gerava mais de 70% da receita governamental nos anos 1980 e 1990, sua distribuição entre as diferentes esferas da sociedade causava uma competição política, nomeadamente um “comportamento *rent-seeking*”. Obter uma parte da receita do governo para seu benefício privado passou a ser o objetivo principal dos estadistas via manipulação do ambiente social ou político, deixando de lado o interesse pela criação de uma fonte sustentável de riqueza. Como resultado a economia se torna inflexível, perde sua capacidade de inovação e a corrupção se instaura no sistema (WEIL, 2013 *apud* RIBEIRO, 2015).

Surge então a onda neoliberalizante da década de 1990, uma proposta alternativa de reger o Estado que atingiu a Venezuela sob o segundo mandato de Carlos Andrés Pérez. Ele era considerado um fiel seguidor de Rómulo Betancourt, fundador da AD, e já havia exercido a função de presidente entre 1974 e 1979 quando aproveitou da bonança petroleira para criar uma imagem positiva frente à população.

Seu programa foi intitulado de “*Gran Viraje*” e era baseada em um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com novo corte de gastos públicos e drástica mudança do perfil do Estado (SILVA, 2009). Houve desvalorização da moeda, unificação cambial, liberalização dos preços e juros, fim de subsídios, aumento dos tributos, incremento nos

preços dos combustíveis e privatizações em setores-chave como telefonia, portos, bancos e transporte aéreo (SOUZA, 2008 *apud* RIBEIRO, 2015).

Por consequência a população toma as ruas em expressão violenta de seu descontentamento (FIGUEIRA, 2017). O símbolo deste momento foi o grande protesto social conhecido como “*Caracazo*” em fevereiro de 1989, quando setores populares urbanos saíram às ruas tanto para protestar quanto para saquear supermercados e comércios em virtude do encarecimento do custo de vida. Este movimento referido como um “*motín de hambre*” foi reprimido pelas forças militares via uso massivo e inusitado de violência. A estratégia do governo venezuelano era parte de um procedimento chamado “*Plan Ávila*”, em que soldados do exército penetraram os centros urbanos para restaurar a ordem pública, autorizados a utilizar armas de guerra. Apesar de contestados pela população, os dados oficiais divulgaram 276 mortos e milhares de feridos, além de prejuízos materiais superiores a 3 bilhões de bolívares (aproximadamente 80 milhões de dólares em valores da época). Este evento foi considerado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) como uma massiva violação dos direitos humanos e diversas vítimas foram indenizadas pelo governo anos depois (MARTINEZ, 2008).

A pressão social tomou tamanha proporção que Perez acabou sofrendo impeachment em maio de 1993 (FIGUEIRA 2017). Rafael Caldera, presidente no período 1969-1974, é escolhido pela população para um novo mandato em eleições marcadas por um alto índice de abstenção, de quase 40%. Ele havia rompido com o partido com o qual foi um dos principais idealizadores, a COPEI, para encabeçar a *Convergencia*, um partido que reunia diferentes espectros ideológicos, entre eles MAS, PCV e URD (CHACÍN, 2015).

Caldera enfrentou os desdobramentos do impasse político e dificuldades econômicas como uma profunda crise bancária controlada pelo Estado via aplicação de cerca de 12% do PIB, uma nova desvalorização monetária, fuga de capitais, e queda nas reservas cambiais (SILVA, 2009).

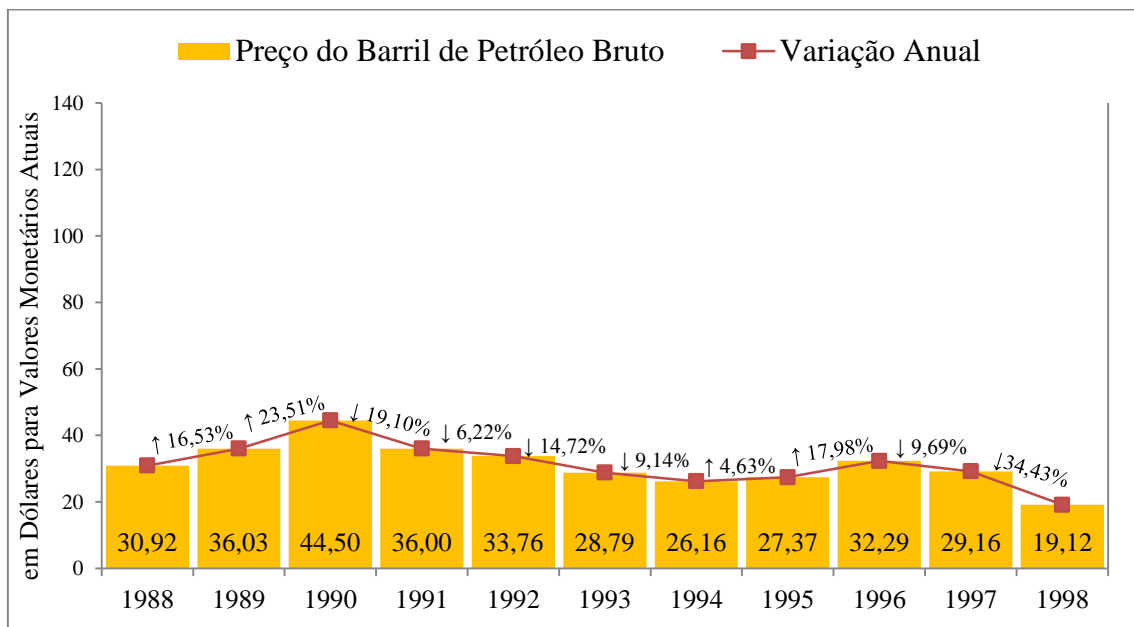
Duas foram suas principais medidas: a “*Agenda Venezuela*”, em que, pela segunda vez, a Venezuela recorreu aos recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e consequentemente adotou suas medidas restritivas e liberalizantes para manter as contas em dia e; a intensificação da “*Apertura Petrolera*”, em que o setor petrolífero doméstico foi flexibilizado para permitir maior participação e investimentos de empresas internacionais,

capazes de arcar com fundos e com tecnologias sofisticadas as quais o governo não podia arcar sozinho (FIGUEIRA 2017).

Dessa forma, por exemplo, tornava-se enfim possível explorar a área de areias betuminosas da Faixa Petrolífera do Orinoco, a maior reserva de petróleo provada no país, com óleo extremamente pesado, de custosa extração (YERGIN, 2011).

A “Apertura Petrolera” atingiu seu ápice em 1997, quando o regime de impostos foi reduzido de 65% para 40% e o pagamento de *royalties* passou de 16,6% para apenas 1%. Houve também internacionalização da PDVSA e transferência do recolhimento de royalties para longe do alcance do fisco nacional. Esta política não só afastou o Estado da empresa e de sua arrecadação como não evitou a queda dos preços do barril de petróleo em termos mundiais. De acordo com os dados da *British Petroleum*, o preço do barril de petróleo bruto caiu de 44,50 dólares (em valores monetários atuais) para 19,12 dólares (em valores monetários atuais) no período 1990-1998, ou seja, uma queda de 57,03%. Eram indícios da reversão dos esforços para a nacionalização (SILVA, 2009).

Figura 10: Preço do Barril de Petróleo Bruto (1988-1998)

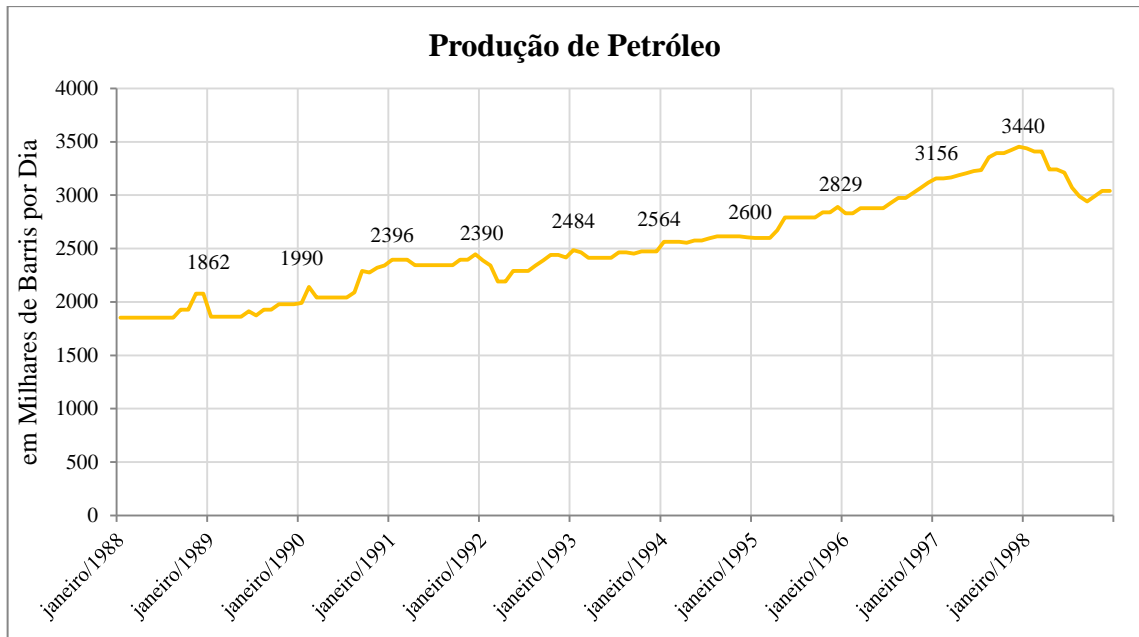


Fonte: BP Statistical Review of World Energy June 2018. Elaboração do Autor.

O descontrole do Estado sobre o petróleo significou ao mesmo tempo um aumento da sua produção e da inflação, além da manutenção da dívida externa. Como mostra a Figura 11, a produção de petróleo na Venezuela passou de 1,853 milhões de barris por dia em janeiro de 1988 para 3,440 milhões de barris por dia em janeiro de 1998. Já a inflação pela primeira vez

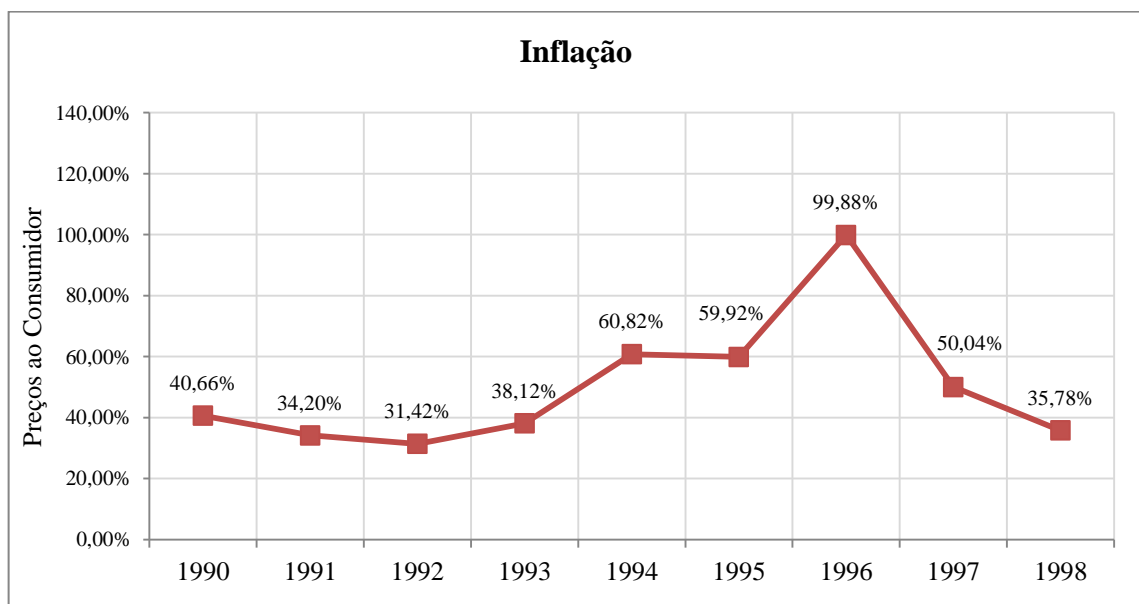
se aproximou da marca de 100% dos preços ao consumidor no ano de 1996, sofrendo forte queda nos anos seguintes para retomar ao patamar do início da década de 1990. Quanto à dívida externa, esta seguiu um padrão entre 1990 e 1994, variando em apenas 4,09% sobre a Renda Nacional Bruta para o período, e outro padrão entre 1995 e 1998, com uma oscilação restrita aos 0,76% sobre a Renda Nacional Bruta para o período.

Figura 11: Produção de Petróleo na Venezuela (1988-1998)



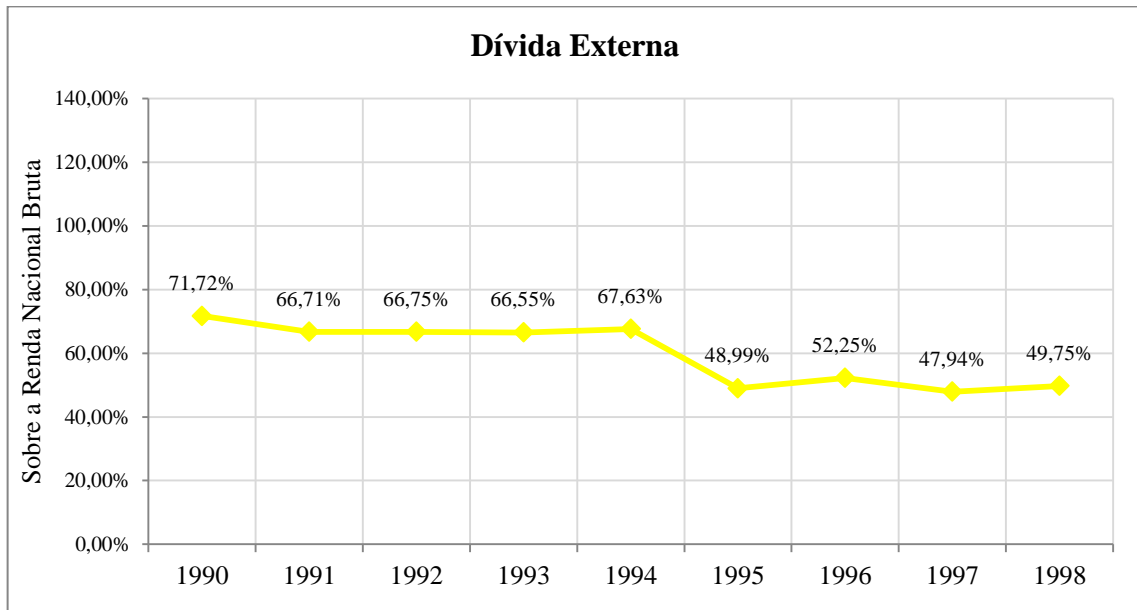
Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA). Elaboração do autor.

Figura 12: Inflação na Venezuela (1990-1998)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

Figura 13: Dívida Externa da Venezuela (1990-1998)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

O exponencial aumento produtivo venezuelano reverberou na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e nas suas cotas de produção pré-estabelecidas. Para solucionar este impasse os países membros desta organização se reuniram em Jacarta, Indonésia, em 1997 e optaram pela oficialização do aumento da cota de produção em dois milhões de barris por dia. Esta decisão estava baseada, sobretudo, no chamado milagre econômico asiático, região que registrava crescente demanda por petróleo. Entretanto, as elevadas taxas de crescimento não se confirmaram e uma crise se instalou, com conseqüente colapso nos preços da *commoditie* e revelando equivocada a decisão da OPEP (YERGIN, 2011).

As alterações no mercado de petróleo e no quadro econômico mundial se manifestaram de diferentes formas na Venezuela durante as quatro décadas abordadas nesta seção. Na década de 1960 surtiram os primeiros impulsos para uma reestruturação da economia venezuelana, com a assinatura do *Pacto de Punto Fijo*, a criação da OPEP e os primeiros indícios da nacionalização do petróleo. Já na década de 1970, beneficiados por um exponencial aumento dos preços do petróleo, o país elevou o nível de vida da população, a escolaridade, acesso à saúde, expectativa de vida, nível de emprego, acesso à moradia e renda *per capita* (SILVA, 2009) e consolidou a nacionalização com a fundação da PDVSA. Contudo, este ambiente favorável não foi suficiente para gerar novos panoramas econômicos e sociais: a Venezuela não superou satisfatoriamente a desigualdade social e a concentração

de renda, aumentou a dívida pública interna e externa e não desenvolveu uma indústria nacional capaz de reduzir a dependência sobre a renda proveniente do petróleo.

Dessa forma, a queda nos preços do barril de petróleo na segunda metade da década de 1980 impactou fortemente na economia venezuelana. Inicia-se um período de crescimento da inflação, desemprego, fuga de capitais, corte de gastos públicos, privatizações e reversão do processo de nacionalização petrolífera que perdurou até o final dos anos 1990. Naturalmente, este ambiente resultou em descontentamento popular e instabilidade política, escancarando os limites do “*puntofijismo*” dado sua extrema rigidez, incapacidade de gerar novos quadros, acabar com a corrupção e apresentar novas lideranças.

3.3. De 1998 até 2013: o petróleo valorizado e a presidência de Hugo Chávez

Mesmo dentro de contexto de profunda crise econômica e social, as eleições de 1998 alteram por completo o rumo da Venezuela com a escolha de um antigo coronel de orientação socialista e bolivariana, Hugo Chávez Frías. Tratava-se de uma figura já conhecida no país, pois ainda em 1992 liderou uma tentativa fracassada de golpe militar junto ao seu grupo conhecido como *Movimiento V República* (MVR), aproveitando-se da instabilidade política do governo de Perez. Acabou sendo preso e, dois anos depois, anistiado pelo presidente Rafael Caldera, com quem compartilhava perspectivas e suporte políticos (FIGUEIRA, 2017).

Além de receber apoio dos partidos de esquerda, novamente com destaque para o MAS e o PCV, o discurso radical antineoliberal e anti-imperialista de Chávez era bem recebido por uma população preocupada com a distribuição de renda e combate a corrupção:

[...] Embora seja um fator difícil de medir de forma objetiva, poucos refutam o carisma de Chávez e a sua capacidade de, se não convencer, pelo menos atrair muitas pessoas, sobretudo entre os setores mais marginalizados. Sua ânsia em tratar questões sensíveis para as classes excluídas, tais como a injustiça social, a pobreza ou a corrupção da casta política tradicional, além de seus contínuos ataques contra a oligarquia e o imperialismo, fizeram com que o presidente fosse visto como um verdadeiro representante do povo, capaz de traduzir suas necessidades e seus desejos [...] Mais do que um presidente de um país vizinho, Chávez se tornou um fenômeno na região (VANBIERVLIET, 2013, p. 4, tradução nossa).²

² Original: “*Aunque es un factor difícil de medir de forma objetiva, pocos han refutado el carisma de Chávez y su capacidad de, si no convencer, por lo menos atraer a mucha gente, sobre todo entre los*”

Assim, Chávez foi capaz de romper em definitivo com a alternância de poder exclusiva entre os partidos AD e COPEI e conduzir a criação de uma nova Carta Constitucional em 1999. A nova lei suprema da organização do Estado Venezuelano possuía forte teor nacionalista e reformista: o Senado foi eliminado em prol da criação de uma Assembleia Nacional unicameral, o mandato do presidente foi estendido para 6 anos, maior controle do executivo sobre o Banco Central da Venezuela, garantia de controle do Estado sobre as reservas de petróleo e outras atividades estratégicas e proibição da venda de ações da PDVSA eram algumas das novas regras (SOUZA, 2008 *apud* RIBEIRO, 2015).

Além disso, os direitos indígenas, ambientais e sociais foram ampliados, alterando a correlação de forças em favor de iniciativas populares, ao mesmo tempo em que consolidava e concentrava o poder nas mãos do presidente (YERGIN, 2011). Por mais antagônica que pareça esta ideia, ela pode ser compreendida a partir das principais medidas adotadas nos primeiros anos de governo.

Primeiramente, Chávez ampliou a *Ley Habilitante*, um mecanismo aplicável em circunstâncias excepcionais cujo Presidente absorve a função do Parlamento de criar leis, um desvio à regra democrática de distribuição de funções para o exercício do poder público. Após a Constituição de 1999 este instrumento deixou de ser acionado exclusivamente em casos de emergência econômica para incorporar as esferas social, política, natural e ecológica – “casi nada queda por fuera” (LOPEZ, 2016).

Por meio deste mecanismo ele foi capaz de aprovar a *Ley de Tierras y Desarrollo Agrario* e a *Ley de Pesca y Acuicultura*. A primeira obrigou os proprietários de terra a comprovar o uso da mesma sob a pena de expropriação. Dessa forma iniciava-se uma reforma agrária no intuito de diminuir a importação de produtos primários no país e contribuir para a igualdade social. A segunda incentivou a pesca artesanal em detrimento da pesca industrial (SILVA, 2009).

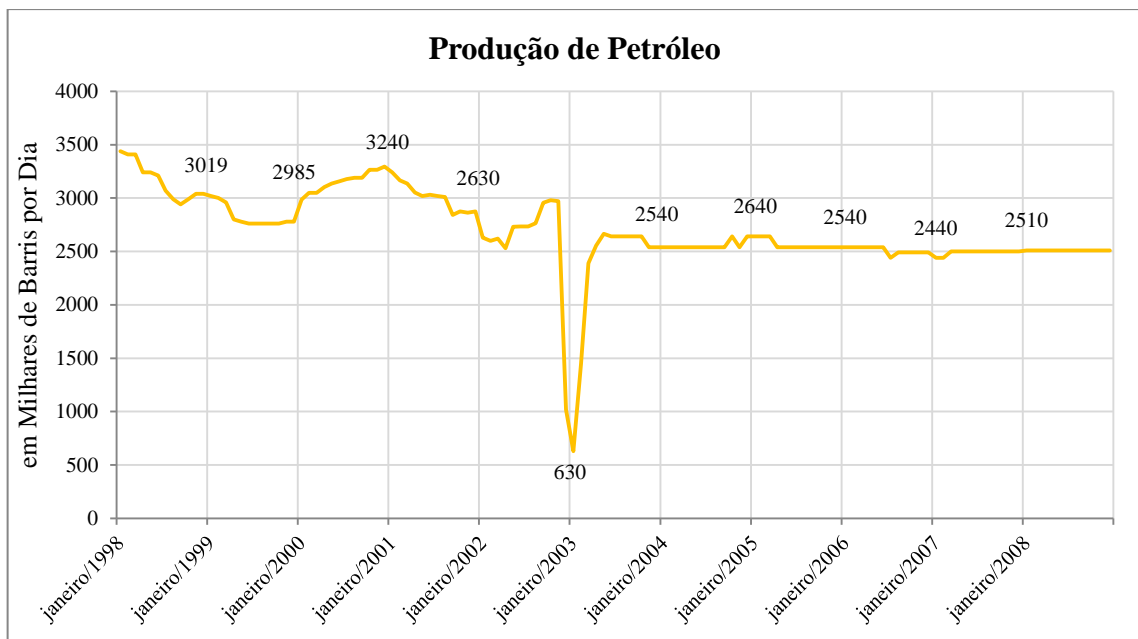
Esta prerrogativa também foi utilizada para reformar a *Ley de los Hidrocarburos*. Os novos contratos de exploração de hidrocarbonetos em território venezuelano teriam uma taxa

sectores más marginados. Su afán de tocar temas sensibles para las clases excluidas, tales como la injusticia social, la pobreza o la corrupción de la casta política tradicional, más sus continuos ataques contra la oligarquía y el imperialismo, hicieron que el presidente fuera visto como un verdadero representante del pueblo, capaz de traducir sus necesidades y sus anhelos [...] Más que un presidente de un país vecino, Chávez se había convertido en un fenómeno en la región” (VANBIERVLIET, 2013, p. 4).

mínima de 30% no pagamento de royalties e o Estado atuaria como maior acionário em qualquer contrato petrolífero subsequente. Estes eram os novos termos para o retorno do regime proprietário de exploração (SILVA, 2009).

Este conjunto de medidas desagradou parte da população, privilegiados pelo sistema vigente, e instaurou um período de instabilidade encabeçado por opositores políticos: veículos de comunicação, parte do corpo militar, parte da Igreja Católica e pela iniciativa privada, sobretudo pela *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela* (FEDECAMARAS), a principal organização de grêmios empresariais na Venezuela composta pelos mais diversos setores econômicos. Este movimento opositor realizou uma tentativa frustrada de golpe militar sobre Chávez em 2002 e foi capaz de organizar uma greve geral por 63 dias (YERGIN, 2011).

Figura 14: Produção de Petróleo na Venezuela (1998-2008)



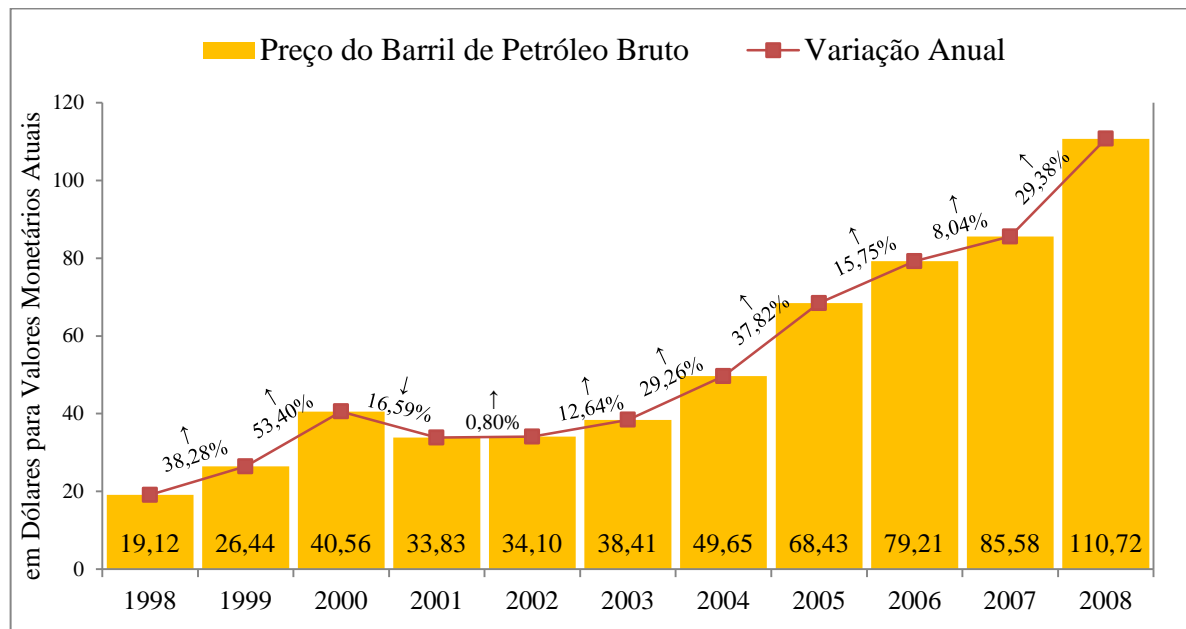
Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA). Elaboração do Autor

Durante este período o setor petrolífero mundial sofreu forte impacto em razão da queda de quase dois e meio milhões de barris da produção venezuelana. Enquanto em setembro de 2002 a produção de petróleo na Venezuela alcançava a marca de 2,955 milhões de barris de petróleo por dia, em janeiro de 2003 a produção se limitou a 630 mil barris de petróleo por dia, segundo o relatório da U.S. Energy Information Administration (EIA).

O mercado rapidamente saiu do excesso para a escassez, influenciados pelo que Yergin (2011) chama de “Ruptura Agregada”, isto é, pelo somatório de eventos que culminaram nesta brusca mudança: conflitos no Delta do Níger, na Nigéria, pelos furacões Katrina e Rita, nos Estados Unidos, e a Guerra do Iraque.

Tal acréscimo no preço do barril de petróleo bruto pode ser constatado na Figura 15. Com exceção da virada de 1999 para 2000, todos os outros anos registraram variação positiva. Analisando o período em sua totalidade, houve uma elevação em 479,08% nos preços, saindo da marca de 19 dólares o barril para 110,72 dólares o barril.

Figura 15: Preço do Petróleo Bruto (1998-2008)



Fonte: BP Statistical Review of World Energy June 2018. Elaboração do Autor.

A relevância atribuída por Hugo Chávez para o estabelecimento de vínculos com outros países também se revelou determinante para a elevação dos preços. O presidente venezuelano realizou diversas viagens na busca por apoio internacional. Acabou por incentivar a rearticulação do cartel da OPEP e a aproximação com a China, um parceiro fundamental em termos econômicos e políticos com o qual compartilhava o desejo por um mundo mais aberto e multipolar, que respeitasse a soberania dos povos (RIBEIRO, 2015).

Domesticamente, o reflexo da valorização do petróleo foi acabar com qualquer resquício de independência da PDVSA (YERGIN, 2011). “Dos 42 mil funcionários que pertenciam a empresa, cerca de 18 mil foram demitidos, a grande maioria com cargos de alta

remuneração” (SILVA, 2009, p. 41). O objetivo era afastar os líderes que organizaram o golpe e a greve e tornar a empresa mais igualitária em termos salariais.

A empresa tornar-se-ia a partir de então um braço do próprio Estado, responsável por repassar seus lucros não só para o orçamento público como também para os projetos sociais, nomeadamente as “*Misiones Sociales Bolivarianas*”, ou seja, programas para combater a pobreza, propagar emprego e educação em diferentes níveis, alfabetização, atenção médica gratuita, acesso a alimentos e habitação, questão agrária e defesa dos direitos das minorias via *Fondo para el Desarrollo Económico y Social* (FONDESPA) e *Fondo de Desarrollo Nacional* (FONDEN) (FIGUEIRA, 2017). A ideia era colocar o ingresso fiscal e os ativos nacionais a serviço dos cidadãos, principalmente os mais vulneráveis, de forma a transcender o modelo econômico-financeiro tradicional e executar um papel inédito, de agressiva reforma social para os anos vindouros:

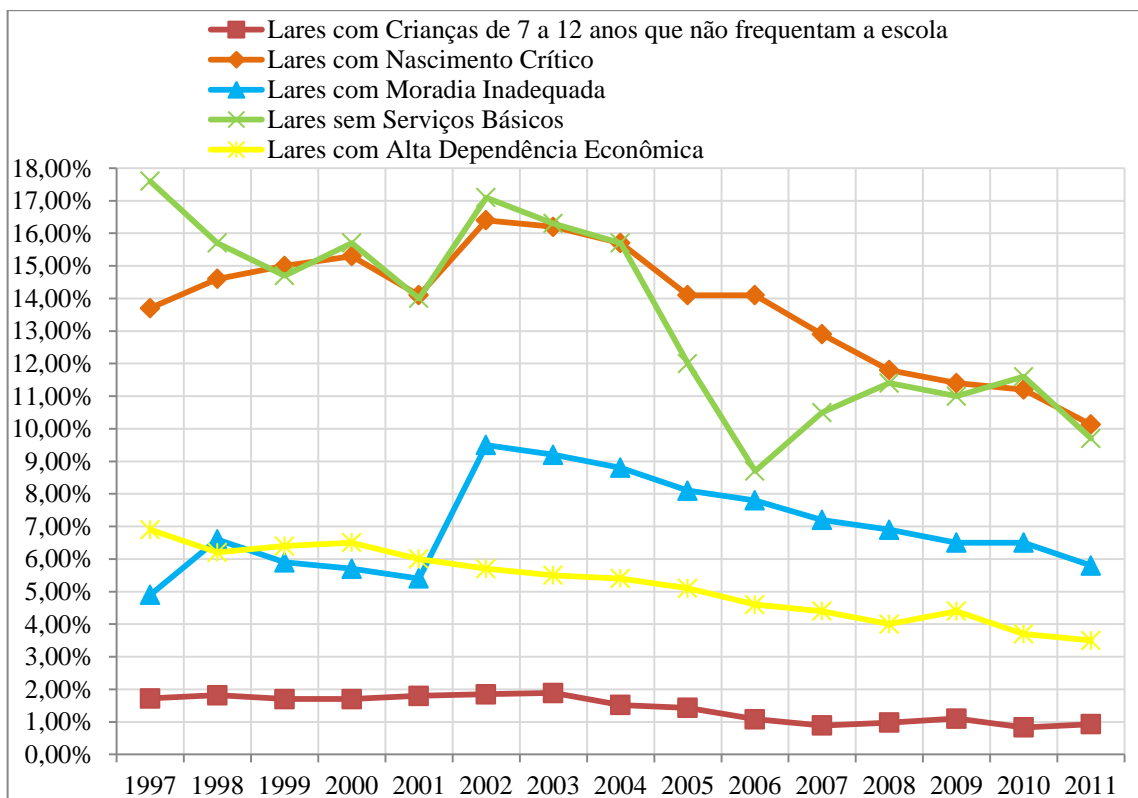
Um indicador ilustrativo de seu novo papel é a magnitude dos gastos sociais da empresa: no ano de 2003, a PDVSA contribuiu, segundo o ministro Ramírez, com 6,3 bilhões de dólares para a construção de escolas, universidades, moradias, estradas, contribuições para as missões sociais. Em 2005, a PDVSA destinou 4 bilhões de dólares para a área social, em apoio às missões de inclusão, e destinaram ao Fundo de Infraestrutura 12 bilhões, derivados de royalties, 8 bilhões de impostos sobre a renda e 2 bilhões foram colocados no FONDESPA (RAMÍREZ, 2006). Durante o ano de 2009 a PDVSA executou um plano de investimentos, com proteção de seus dividendos de 600 bilhões de dólares de contribuições ao FONDEN e 2,483 milhões de dólares para programas de desenvolvimento social, produto da gestão dos últimos anos e dos resultados operacionais e financeiros da empresa (PDVSA, 2009:10 *apud* ALVARADO *et al.*, 2015, tradução nossa)³.

Dessa forma, o governo logrou importantes avanços sociais. Estes podem ser verificados nos índices utilizados para medir a pobreza por Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI), uma metodologia que define pobreza como a situação daqueles lares incapazes de reunir, em forma relativamente estável, os recursos necessários para satisfazer as necessidades básicas de seus integrantes.

³ Original: “*Un indicador ilustrativo de su nuevo rol es la magnitud del gasto social de la empresa: en el año 2003 PDVSA contribuyó, según el ministro Ramírez, con 6.300 millones de dólares para la construcción de escuelas, universidades, viviendas, Carreteras, aportes a las misiones sociales. En 2005, PDVSA destinó 4 mil millones de dólares al área social, en apoyo a las misiones de inclusión, y se destinaron al Fondo de Infraestructura 12 mil millones, derivados de regalías, 8 mil millones del impuesto sobre la renta y 2 mil millones fueron colocados en el FONDESPA (RAMÍREZ, 2006). Durante el año 2009 PDVSA ejecutó un plan de inversión, con amparo en sus dividendos, de 600 mil millones de dólares de aportes al FONDEN y 2,483 millones de dólares a programas de desarrollo social, producto de la gestión de los últimos años y de los resultados operacionales y financieros de la empresa*” (PDVSA, 2009:10 *apud* ALVARADO *et al.*, 2015).

Conforme pode-se verificar na Figura 16, quase todos os indicadores negativos sofreram queda a partir de 2002, nomeadamente “lares com crianças de 7 a 12 anos que não frequentam a escola”, “lares com nascimento crítico”, “lares com moradia inadequada” e “lares com alta dependência econômica”. A única exceção foi para “lares sem serviços básicos”, ou seja, lares sem abastecimento de água e sem eliminação de excreções, que sofreu uma elevação de 1,8% na passagem do ano 2006 para 2007.

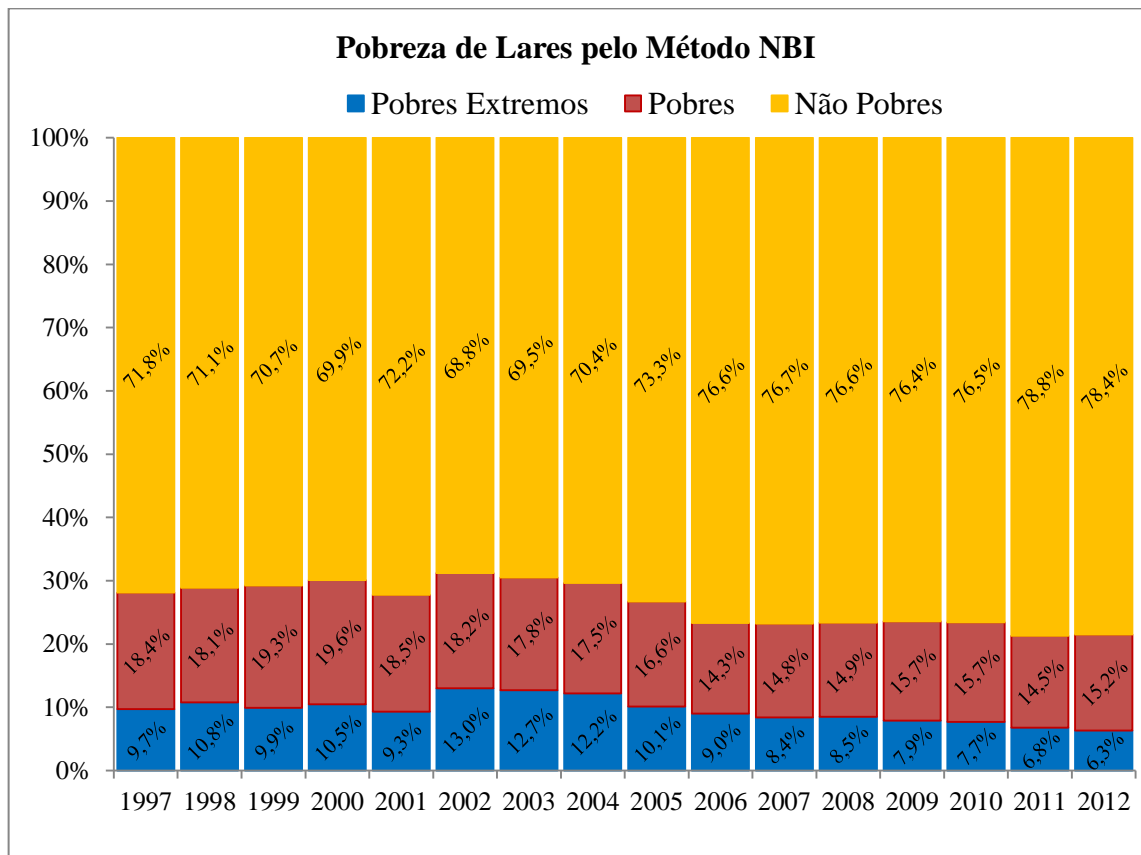
Figura 16: Indicadores de Pobreza por Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) na Venezuela (1997-2011)



Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE). Elaboração do autor.

Como resultado, o país contou com uma menor parcela de seus lares em situação de pobreza: de 28,9% em 1998, ano em que Chávez assumiu, para 21,5% em 2012, último ano completo de seu governo. Esta redução de 7,4 pontos percentuais foi na verdade uma recuperação dos dados referentes a 2002, quando o número de lares em situação de pobreza atingiu seu ápice, no valor de 31,2%.

Figura 17: Pobreza de Acordo com Método NBI na Venezuela (1997-2012)

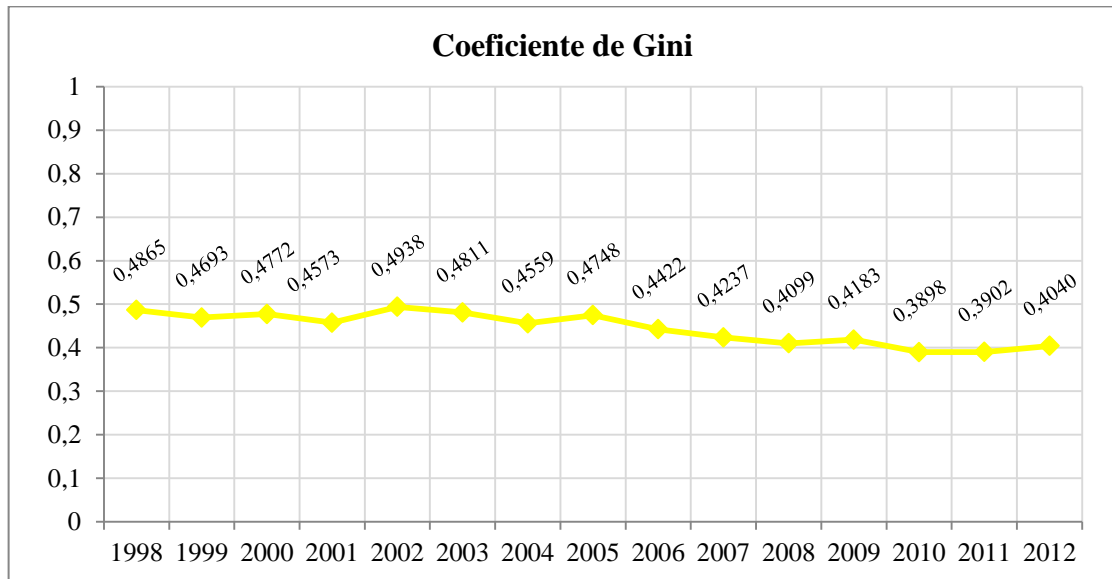


Fonte: *Instituto Nacional de Estadística* (INE). Elaboração do autor.

Como se pode verificar com base nos dados oficiais publicados pelo *Instituto Nacional de Estadística* da Venezuela, o número de lares pobres, sejam eles extremos ou não, caiu de 31,2% em 2002 para 21,5% em 2012. Uma queda gradual que alterou a realidade de muitas famílias.

Tais esforços impactaram nos índices que medem a desigualdade social e distribuição de renda. Em termos de Coeficiente de Gini, um indicador da diferença existente entre os mais pobres e mais ricos de uma região ou país, cujo valor mais próximo de zero representa menos desigualdade social, o valor sofreu queda, deixando a marca de 0,4865 em 1998 para alcançar 0,4040 em 2012.

Figura 18: Coeficiente de Gini da Venezuela (1998-2012)

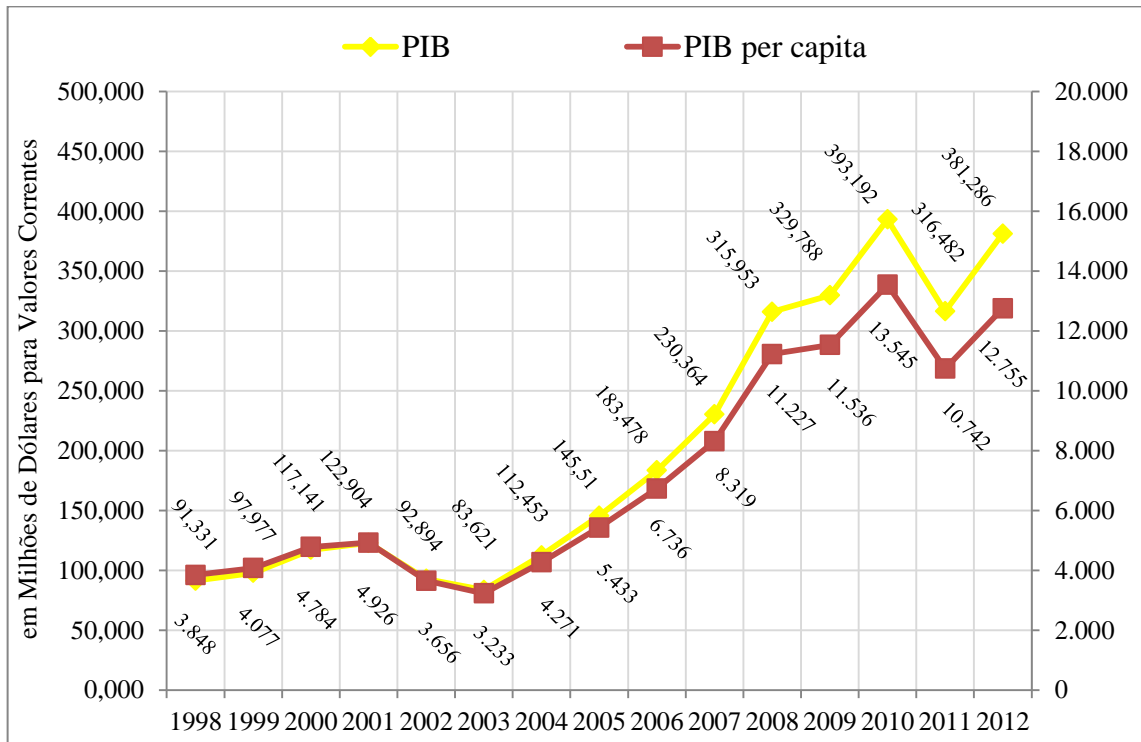


Fonte: *Instituto Nacional de Estadística (INE)*. Elaboração do autor.

O impacto e popularidade destes projetos somados a recuperação da economia em termos de PIB, investimentos e salários garantiu não apenas a reeleição de Chávez em 2006 como também sua vitória em um referendo revogatório mobilizado pela oposição em 2004 (SILVA, 2009).

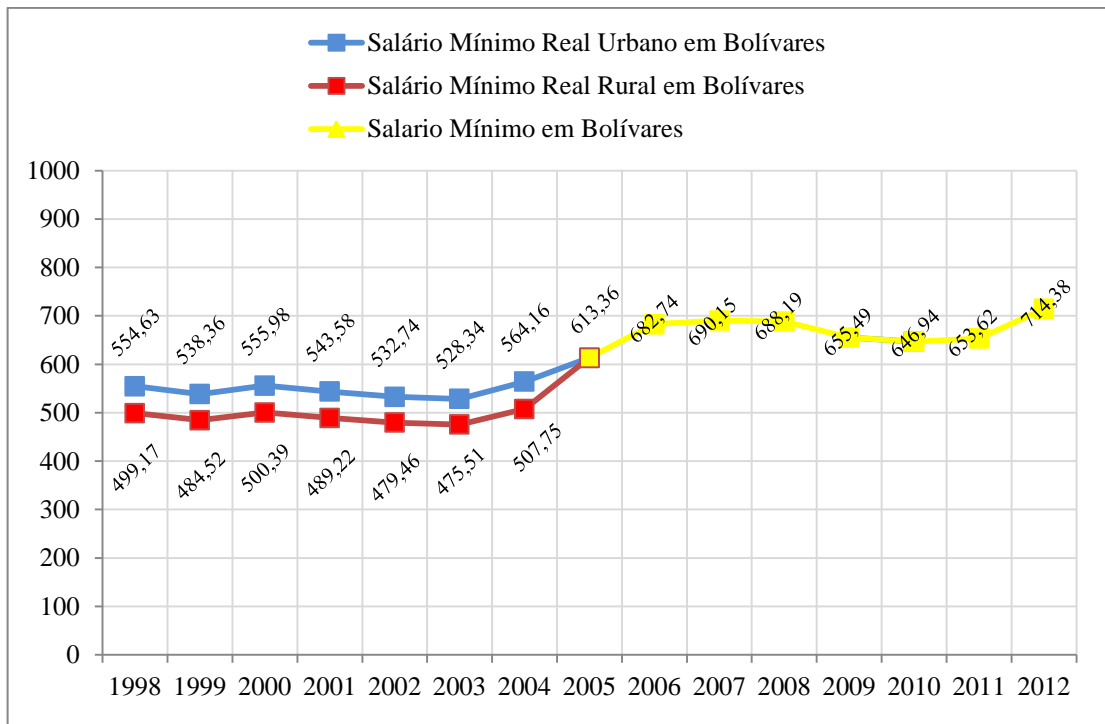
O Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, a soma de todos os bens e serviços finais produzidos pelo país, esteve em constante crescimento entre 2003 e 2010 assim como o PIB per capita, isto é, o PIB dividido pelo número de habitantes do país. Já o salário mínimo, que até 2005 possuía valores diferentes de acordo com a área, seja rural ou urbana, também demonstrou crescimento quando analisado todo o período. Tratando-se do salário mínimo real, ou seja, o salário medido em termos de poder de compra, considerando a inflação, houve um aumento de 101,02 bolívares apenas entre 2005 e 2012.

Figura 19: PIB e PIB per capita da Venezuela (1998-2012)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

Figura 20: Salário Mínimo na Venezuela (1998-2012)



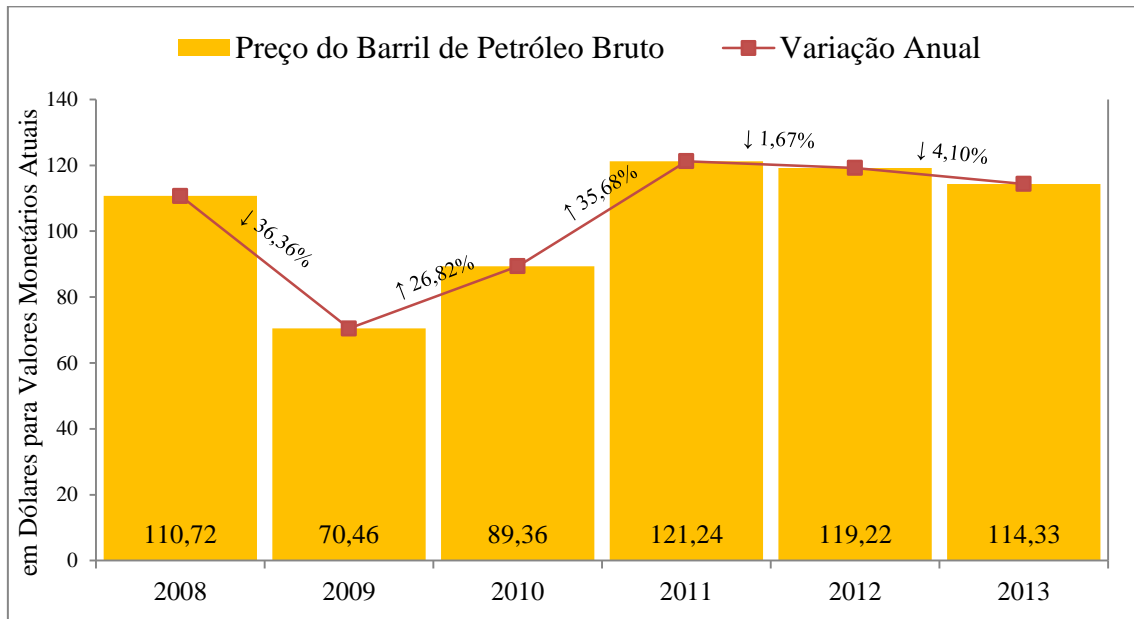
Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE). Elaboração do autor.

O seu segundo mandato foi marcado pela adoção de uma postura socialista mais radical, deixando de lado a linguagem cepalina percebida no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (2001-2007), de apreço pela diversificação, industrialização e integração (FIGUEIRA, 2017). A proposta agora era construir o “Socialismo do Século XXI” via Projeto Nacional Simon Bolívar, o Primeiro Plano Socialista (2007-2013), baseado na: moralização da vida, isto é, enfrentar o individualismo, egoísmo e privilégios intrínsecos ao sistema capitalista; instituição de uma democracia participativa e protagônica, transferindo à população o poder de decisão e; busca pelo cooperativismo e associativismo, apoiado na propriedade coletiva (SILVA, 2009).

No intuito de cumprir com sua proposta, Chávez conduziu projetos nas esferas nacional e internacional. Temendo pelo enfraquecimento de sua base política foi criado o *Partido Socialista Unificado de Venezuela* (PSUV). Este grupo unia novas frentes de apoio e viabilizava a convocação de um referendo para modificar algumas prerrogativas da Carta Constitucional de 1999. Dentre as propostas estavam o aumento do tempo de mandato político, novas barreiras para a convocação de um referendo revogatório do mandato presidencial e a concentração do controle sobre políticas econômicas para o presidente. No entanto, o resultado da consulta popular foi contrário aos interesses do mandatário venezuelano. Esta seria a primeira derrota eleitoral em quase dez anos de mandato (SILVA, 2009).

A insuficiência de renda de origem petroleira na virada do ano de 2008 para 2009 – uma queda de 40,26 dólares ou 36,36% no valor do barril do petróleo bruto em valores monetários atuais - e consequente atraso nos compromissos assumidos pela PDVSA junto as suas empresas contratantes obrigaram o governo a acelerar e materializar as concepções socialistas, com uma série de expropriações e nacionalizações. O objetivo era aprofundar o controle sobre o aparato produtivo e ganhar tempo, à espera de uma recuperação dos preços do petróleo (HARDY, 2009).

Figura 21: Preço do Barril de Petróleo Bruto (2008-2013)



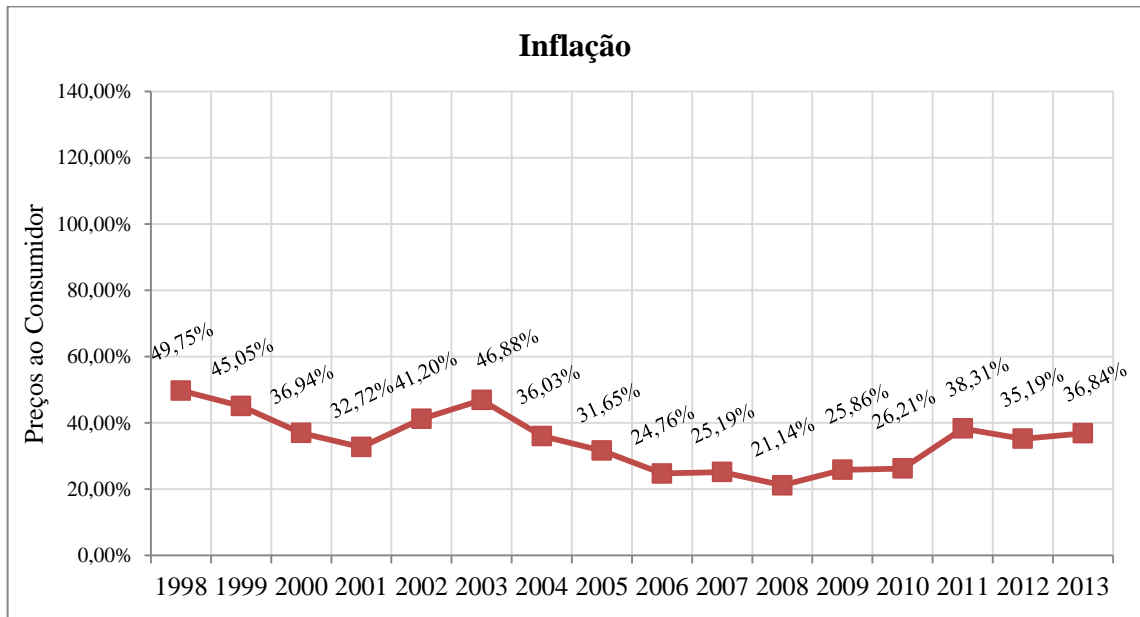
Fonte: *BP Statistical Review of World Energy June 2018*. Elaboração do Autor.

Internacionalmente, o modelo ideológico venezuelano foi projetado tanto para o âmbito regional quanto para o mundial, junto com parceiros que compartilhavam da retórica anti-estadunidense. Dessa forma se intensificou o comércio e o endividamento com a China, ao passo que, no contexto latino-americano, se aproveitou da liderança petrolífera para se inserir no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), criar a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e atrair seguidores entre os países caribenhos. (DELGADO, 2016). O petróleo passou a ser moeda de troca para serviços sociais junto à Cuba e até mesmo carne e leite, junto à Nicarágua (VANBIERVLIET, 2013).

Assim, para o período analisado nesta seção, no qual Hugo Chávez Frías esteve à frente da Venezuela, houve avanços e retrocessos nas esferas social, econômica e política, alguns dos quais se mostraram passageiros à luz dos eventos atuais, outros duradouros.

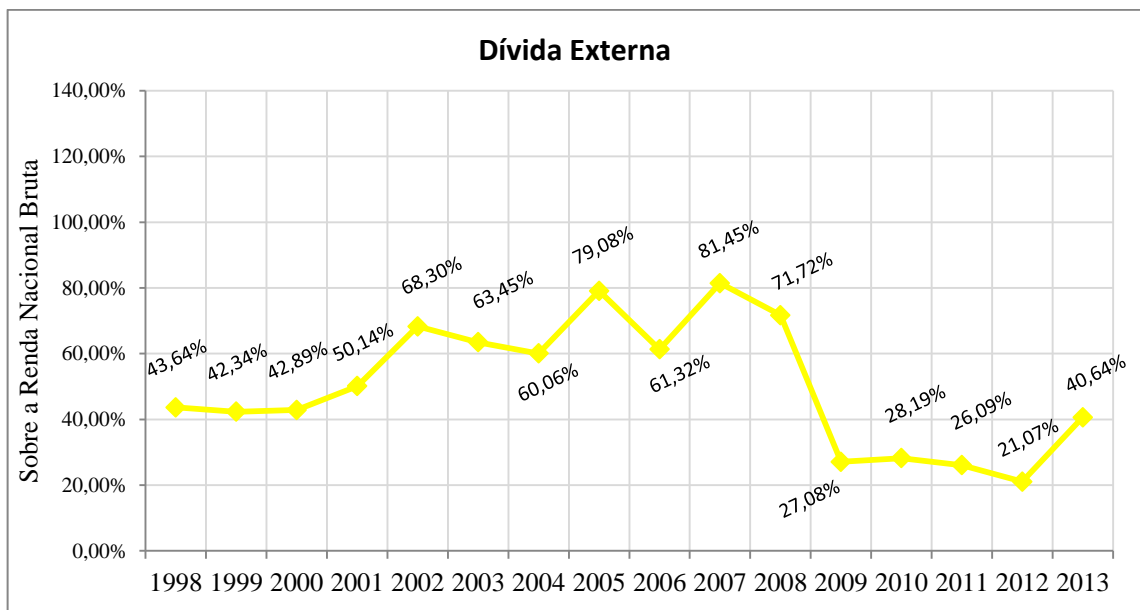
Em termos inflacionários, houve não apenas seu controle como também redução quando analisado o período como um todo, viabilizado especialmente pelos valores elevados do preço do petróleo. Da mesma forma ocorreu com a dívida externa. A passagem do ano de 2008 para 2009 representou uma queda em 44,64 pontos percentuais sobre a Renda Nacional Bruta. Em seguida, nos últimos anos do governo Chávez, os valores se mantiveram entre 21% e 41%.

Figura 22: Inflação na Venezuela (1998-2013)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

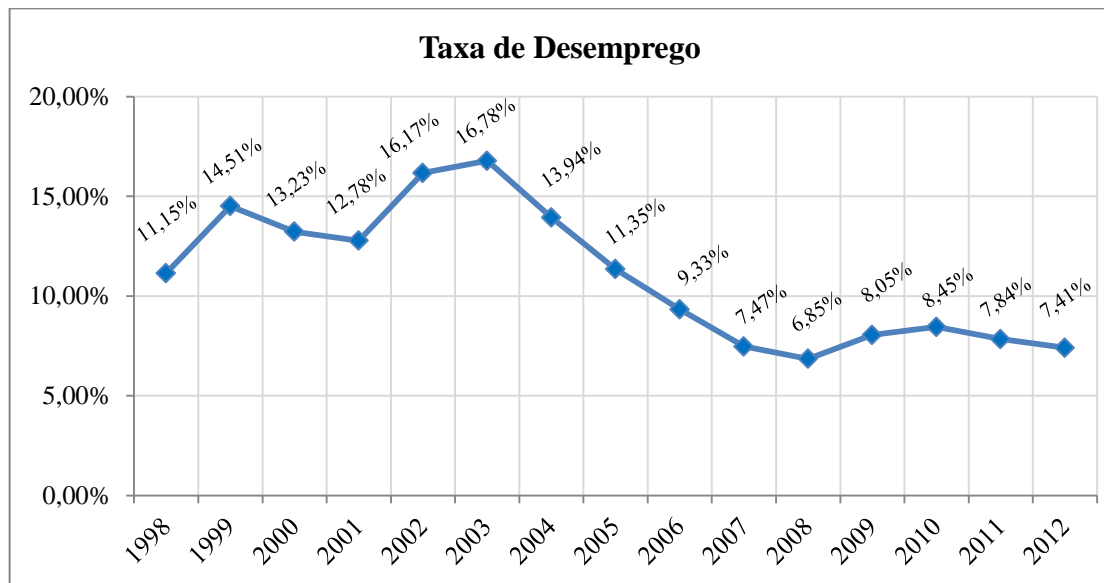
Figura 23: Dívida Externa da Venezuela (1998-2013)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

Quanto à taxa de desemprego, isto é, a porcentagem de pessoas capazes de exercer uma profissão e procuram emprego remunerado sobre a força de trabalho total, verificou-se uma constante diminuição entre 2003 e 2008, para em seguida, manter valores semelhantes até 2012, segundo dados do Banco Mundial. Os números inferiores a 8,45% da Venezuela nos últimos anos estão abaixo daqueles referentes a países da União Europeia no mesmo período.

Figura 24: Taxa de Desemprego na Venezuela (1998-2012)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

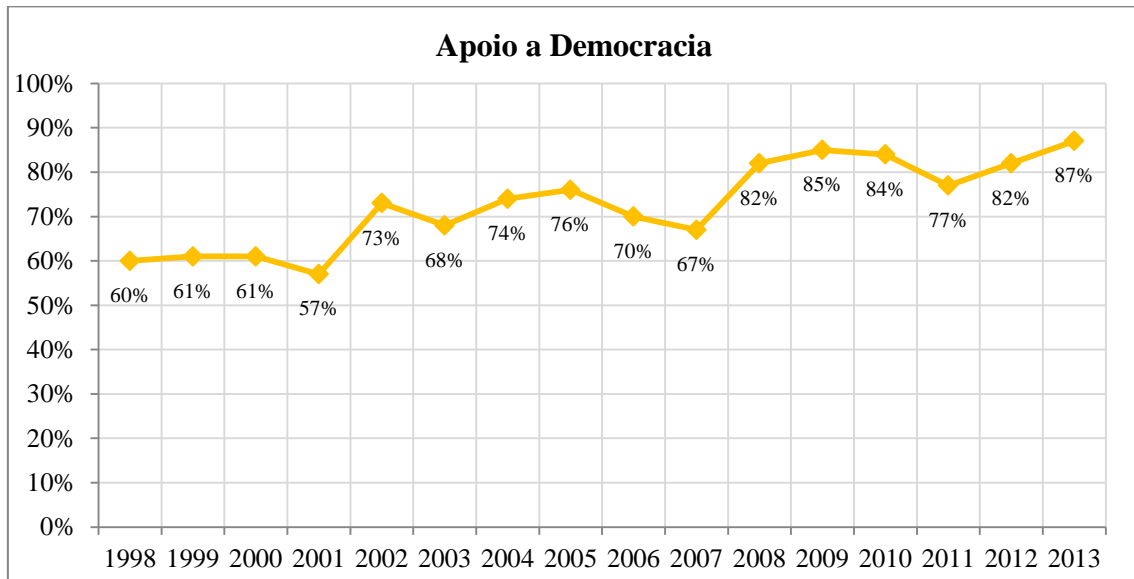
Outra contribuição central no período Chávez foi a adoção de canais de democracia participativa e direta. A população passou a atuar de forma mais direta nos procedimentos de tomada de decisão e no controle do exercício do poder, seja via referendo, plebiscito, veto popular, referendo revogatório ou até organizações comunitárias e conselhos locais de participação pública. Esta postura rompeu com a tradicional democracia representativa, trouxe legitimidade ao governo e despertou nos venezuelanos uma crença no poder da democracia (LÓPEZ MAYA, 2016).

Este avanço pode ser verificado nos resultados do *Latinobarómetro*, uma Organização Não Governamental (ONG), sem fins lucrativos, criada em 1995 e encarregada de entrevistar anualmente em torno de 20.000 cidadãos de 18 diferentes países da América Latina. Seus resultados permitem acompanhar o desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade latino-americana.

No Informe de 2017, o apoio à democracia⁴ saltou de 60% em 1998 para 87% dos entrevistados em 2013, maior valor já registrado pela instituição desde sua criação para todos os países, considerando que em 1999 e 2012 não foram registrados dados (utilizou-se a média dos anos anterior e posterior para compor o gráfico).

⁴ Considerado adepto à democracia os cidadãos que responderam “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”.

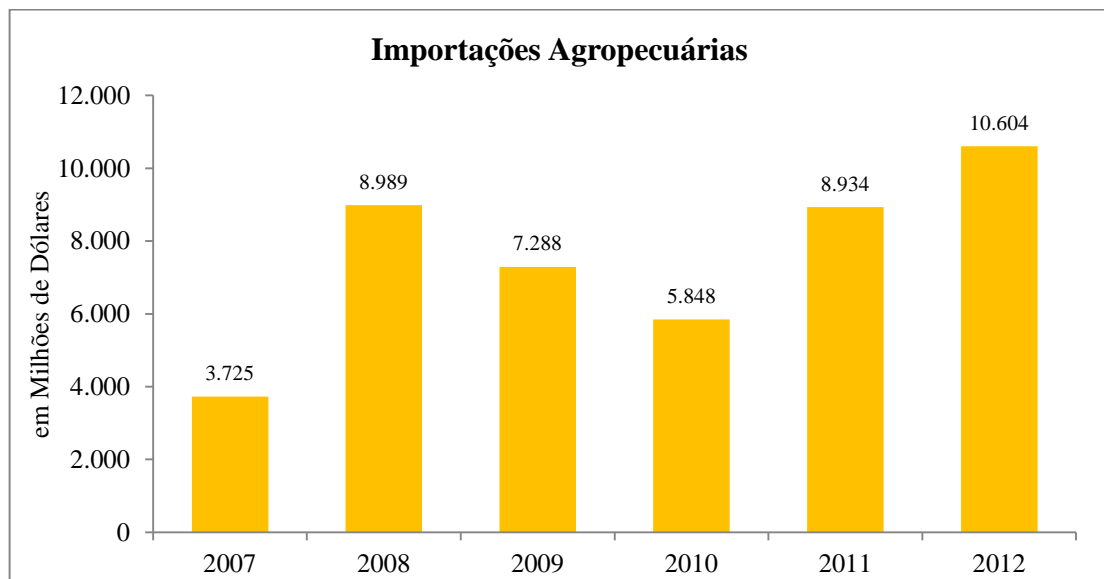
Figura 25: Apoio a Democracia na Venezuela (1998-2013)



Fonte: *Latinobarómetro*. Elaboração do autor.

Por outro lado, os esforços para reduzir a dependência sobre as importações agropecuárias não surtiram o efeito esperado. A Venezuela teve seu volume de importações aumentado durante o segundo governo Chávez. O país desembolsou 10,604 bilhões de dólares em 2012, enquanto em 2007 o valor restringia-se a apenas 3,725 bilhões de dólares, um acréscimo de 184,67%.

Figura 26: Importações Agropecuárias da Venezuela (2007-2012)

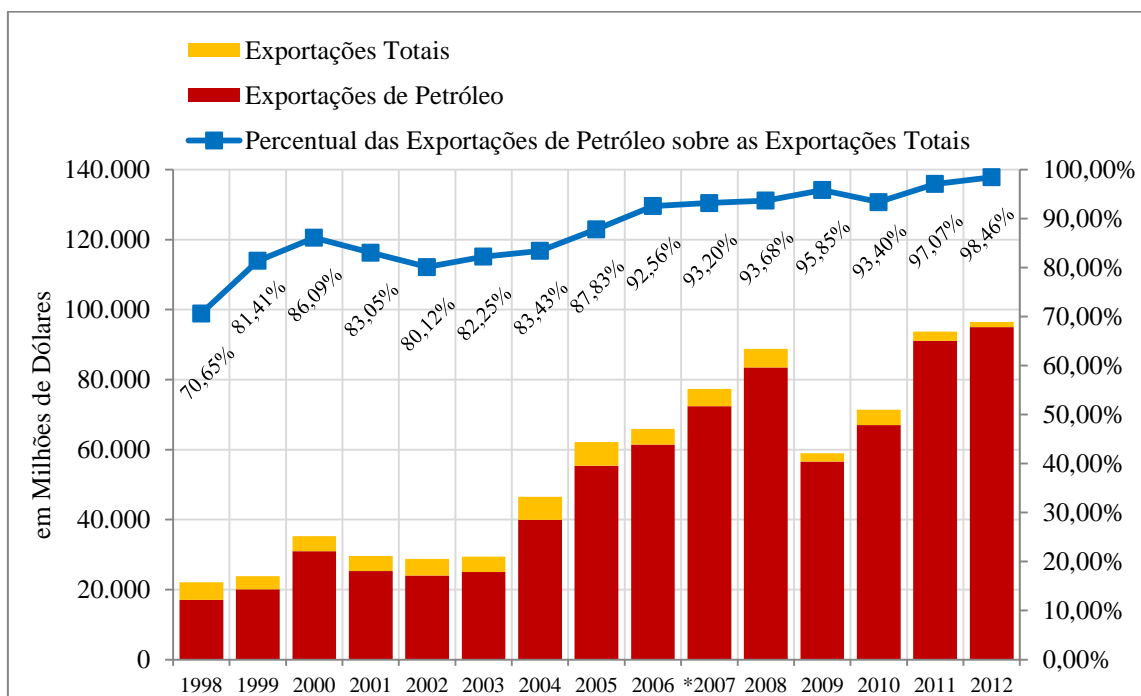


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Elaboração do autor.

Além disso, de forma geral, como argumenta Cícero (2015 *apud* FIGUEIRA, 2017), o “Socialismo do Século XXI” não eliminou duas características históricas da economia venezuelana: 1) A forte dependência da iniciativa privada estrangeira na atividade petrolífera nacional devido à baixa produtividade e o atraso tecnológico e; 2) As iniciativas populares de arranjos econômicos alternativos ao tradicional regime capitalista de propriedade não resolveram o déficit de produtividade e a baixa diversificação produtiva e comercial, ficando à mercê do crédito público irrigado pelos recursos petrolíferos.

Este resultado pode ser estendido para os 14 anos de governo Hugo Chávez. O período de abundância de ingresso petrolero não foi aproveitado para desenvolver uma política econômica de diversificação da economia nacional, não foi possível alcançar um crescimento endógeno. Na verdade ocorreu o processo oposto: a Venezuela intensificou como nunca sua dependência sobre os hidrocarbonetos (HARDY, 2009). Segundo informações extraídas da base de dados Comtrade, das Nações Unidas, enquanto em 1998 as exportações de petróleo representavam 70,65% das exportações totais do país, em 2012 este número alcançou a marca de 98,46%. Para exportações de petróleo foi considerado o código de commodity 27: combustíveis minerais, óleos minerais e produtos de sua destilação; substâncias betuminosas; ceras minerais (tradução do autor). Além disso, não há registros para 2007. Para este ano foi utilizado a média dos valores de 2006 e 2008.

Figura 27: Exportações da Venezuela (1998-2012)



Fonte: Comtrade. Elaboração do autor.

Quanto aos programas sociais, apesar de fincarem suas raízes nos debates políticos como elementos consensuais aparentemente revolucionários, capazes de romper com as barreiras da desigualdade e dirigir a Venezuela para o caminho da prosperidade, seu sucesso restringiu-se ao curto prazo. Os avanços na redução da pobreza e na promoção da igualdade social não alteraram as condições estruturais que perpetuam a exclusão (LANDER, 2016). Assim, eles se dissiparam com a desaceleração do ambiente econômico, a má gestão dos recursos e a corrupção:

As missões careciam de informações oficiais a respeito de conteúdo, despesas ou os perfis de usuário. Elas foram idealizadas como um programa provisório, mas devido ao grande sucesso, passaram a receber fundos e importância sem que passassem previamente por uma estruturação. Não obstante, a falta de informação disponível sobre o custo das missões também está relacionada a gastos fora do balanço, ou seja, gastos que não estão nos registros da conta nacional, e, portanto, não foram supervisionados pela Assembleia Nacional ou pelo Banco Central (PENFOLD-BECERRA, 2007, p. 58, *apud* RIBEIRO, 2015).

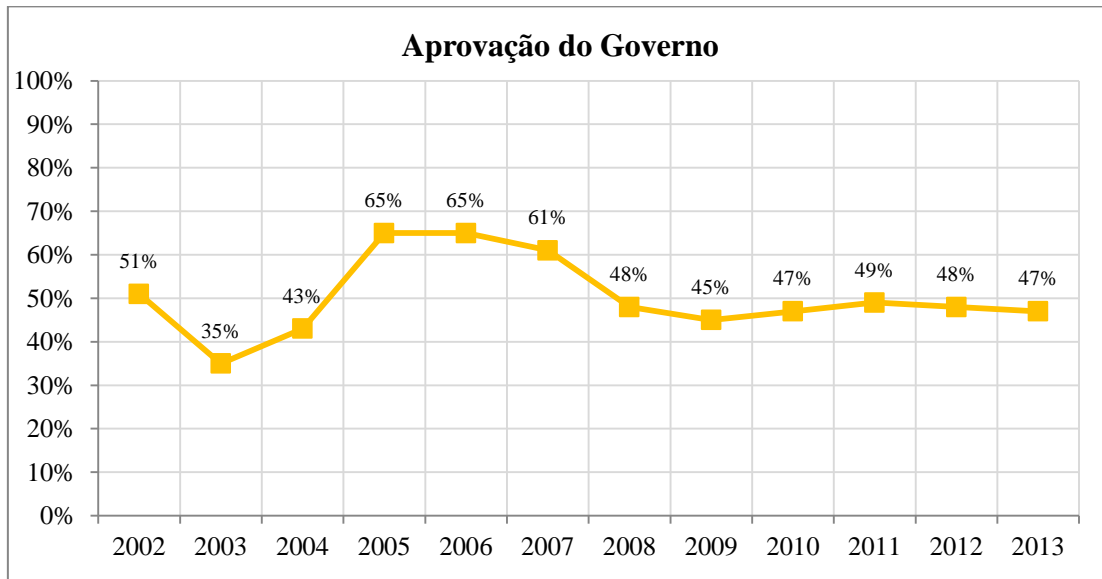
As denúncias de corrupção recaíram também sobre as campanhas políticas, licitações para prestação de serviços públicos e na relação de empresas e Estado, com acusações de contribuições ilegais, falta de transparência e impunidade (RIBEIRO, 2015).

A origem desta realidade adversa é a gradativa decadência das instituições. Houve uma perda de poder por parte dos mecanismos de fiscalização e controle fazendo com que os excedentes fossem utilizados indiscriminadamente, canalizados para uma nova classe rentista, os novos privilegiados: cidadãos com boas ligações com o Estado ou posicionados no alto escalão da administração pública (LOPES, 2013 *apud* RIBEIRO, 2015).

Apresentados todos estes elementos, vale ainda ressaltar a polarização da opinião pública venezuelana em relação ao chavismo e seu legado. Instaurou-se uma rivalidade no país entre apoiadores e opositores do regime, o que tornou-se mais um empecilho para a superação das adversidades.

Como saldo final, aos olhos de sua própria população, Chávez reuniu e ainda reúne opiniões divergentes. Conforme pesquisa de opinião do *Latinobarómetro* realizada anualmente, a média de aprovação do seu governo foi de 50,33% para o período 2002-2013, sendo o valor mais alto de 65%, registrado em 2005 e em 2006, e o valor mais baixo de 35% em 2003.

Figura 28: Aprovação do Governo da Venezuela (2002-2013)



Fonte: *Latinobarómetro*. Elaboração do autor.

Além disso, o presidente venezuelano foi eleito o político mais conhecido da região (apenas 17% dos entrevistados não o conheciam) ao mesmo tempo em que ocupava a penúltima posição em aceitação popular, superando apenas Fidel Castro. Vale destacar também que a Venezuela foi escolhida por 10% dos entrevistados como principal líder da região, mesma porcentagem dos Estados Unidos. Ambos os países foram superados apenas pelo Brasil, com 20% (VANBIERVLIET, 2013).

3.4. De 2013 em diante: o surgimento da crise e a presidência de Nicolás Maduro

As eleições de 2012 carregavam um ambiente menos previsível quando comparado às anteriores. Os últimos anos do governo Chávez não haviam sido tão produtivos quanto os da década anterior, além de surgirem desconfianças quanto à saúde do mandatário que, desde 2011 sofria com um câncer alojado na região abdominal de gravidade desconhecida para a população em geral (PÉREZ, 2013).

Ainda assim foi reeleito por pouco mais de 55% dos votos, para um mandato de suposta duração de 6 anos, até 2019. Sabendo de sua condição de saúde e temendo pela interrupção do seu movimento político, cívico e militar de orientação socialista referido como

chavismo, Hugo Chávez tratou de apontar seu sucessor tanto para seus partidários e aliados do PSUV quanto para a população: Nicolás Maduro Moros (PÉREZ, 2013).

Apesar de não ter feito parte da tentativa de Golpe de Estado em 1992 como seus colegas, Maduro era um socialista ferrenho, antigo militante do pequeno partido radical *Liga Socialista*, com treinamento na cubana *Escuela Superior del Partido Comunista* e apreço dos irmãos Fidel e Raúl Castro (ARENAS, 2016). Iniciou carreira sindicalista na primeira metade da década de 1990 como líder dos trabalhadores do metrô de Caracas. Seu apoio à liberação de Chávez da cadeia e, anos depois, a sua candidatura à presidência lhe asseguraram evidência na cena política nacional, a ponto de, em 1999, ser eleito Deputado para a Assembleia Constituinte, um dos encarregados em elaborar o novo ordenamento jurídico do país. Uma vez promulgada a constituição, foi eleito Deputado, ascendendo em 2005 para a posição de presidente do órgão legislativo (LÓPEZ, 2015).

No ano seguinte, em 2006, foi nomeado *Ministro del Poder Popular para las Relaciones Exteriores*. Recebeu destaque por levar a cabo desejos antigos do presidente venezuelano, como a entrada no MERCOSUL, a normalização das relações com a Colômbia, o fortalecimento das relações com Irã, Rússia, China, Bielorrússia e países latino-americanos, dentro de formatos integracionistas inéditos como a Petrocaribe, a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e a *Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños* (CELAC) (LÓPEZ, 2015).

Suas conquistas lhe garantiram a confiança de Chávez, que, em sua última aparição pública, em dezembro de 2012, pediu à população que elegeisse Maduro como presidente caso sua enfermidade se agravasse ainda mais (ARENAS, 2016). Naquele momento Nicolás também acumulava o cargo de Vice-Presidente Executivo da República, atuando intensamente em razão do afastamento de seu titular. Era uma forma de preparar o novo governo e garantir a manutenção da coligação política no poder, o *Gran Polo Patriótico Simón Bolívar* (GPP) formado em 2012 pelo PSUV, PCV e pelo menos outros oito partidos de orientação bolivariana, socialista, marxista e chavista (LÓPEZ, 2015).

A morte de Chávez em março de 2013 significou a legitimação temporária de Maduro como presidente encarregado da república até que fosse realizada nova eleição, a qual ele se lançara como candidato. Este processo permitido pela *Sala Constitucional del Tribunal Supremo de Justicia* foi fortemente atacada pela oposição, pois de acordo com o artigo 233 do própria Carta Magna era o Presidente da *Asamblea Nacional* quem deveria assumir e o

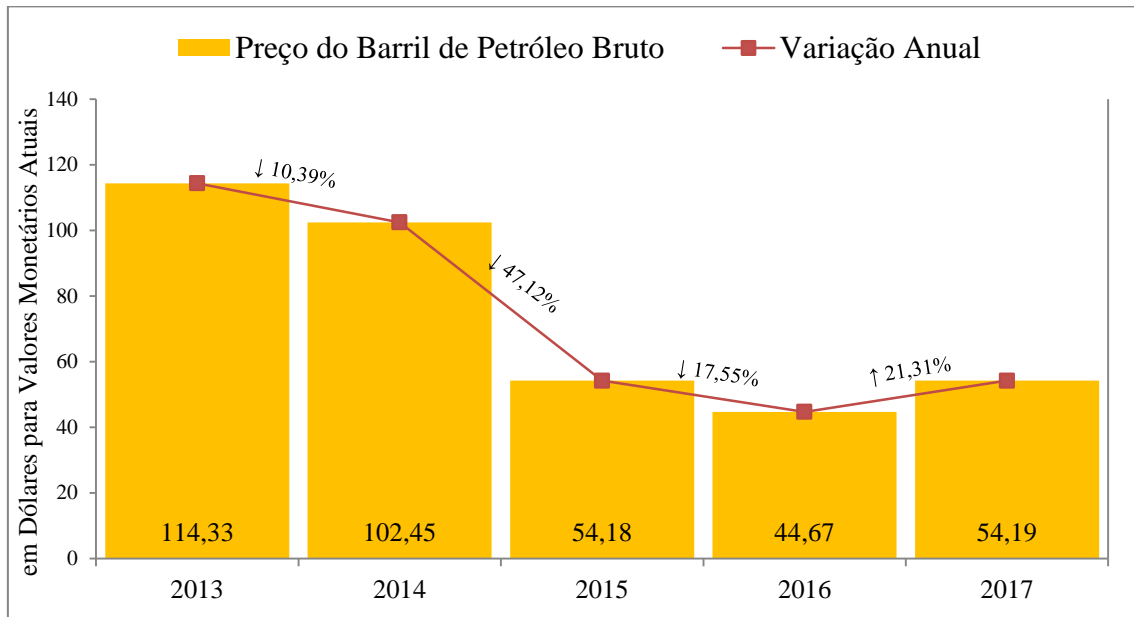
Presidente encarregado deveria se afastar do seu cargo para inscrever sua candidatura (LÓPEZ, 2015). O órgão jurídico máximo de interpretação da Constituição já acumulava contradições ao permitir que Hugo Chávez, hospitalizado, assumisse oficialmente a presidência em janeiro de 2013 sem ao menos realizar o juramento diante da *Asamblea Nacional* (PÉREZ, 2013).

O processo eleitoral realizado em abril de 2013 efetivou Maduro na presidência da república com 50,61% dos votos. A regularidade na contagem dos votos foi posta em suspeita pela coligação partidária opositora, a *Mesa de la Unidad Democrática* (MUD) que reunia naquele momento em torno de 30 partidos dos mais diferentes espectros ideológicos, dentre os quais MAS, COPEI, AD e *Convergencia*. Foi anunciado que não se reconheceria o resultado das eleições até a realização de uma auditoria em 100% das urnas. Mesmo com a petição sendo apoiada por países da União Europeia, a MUD não obteve êxito: o *Consejo Nacional Electoral* confirmou a manutenção do chavismo (LÓPEZ, 2015).

Por mais que a GPP contasse com grande maioria de prefeitos (242 dos 317), dos governadores (20 dos 23) e dos deputados (98 dos 165), a falta de um consenso generalizado sobre a legitimidade do resultado das eleições presidenciais gerou um ambiente de instabilidade política na Venezuela. Acentuava-se assim a polarização da sociedade em torno de posições ideológicas e clivagens socioeconômicas

Para piorar, as tendências de declínio econômico permaneceram, impulsionadas pela queda do preço do petróleo. A desaceleração do crescimento dos países em desenvolvimento, especialmente a China, assim como a diversificação da malha energética e aplicação de novos métodos mais custosos de extração de petróleo nos Estados Unidos e no Canadá foram os principais motivos para a redução da demanda mundial, afetando o valor de mercado. A resposta dos países produtores liderados pela Arábia Saudita foi de manter a produção estável, pois, por mais baixo que os preços chegassem, haveria a garantia do benefício em longo prazo ao minar as alternativas menos rentáveis, forçando os tradicionais importadores a abandoná-las (LÓPEZ MAYA, 2016).

Figura 29: Preço do Barril de Petróleo Bruto (2013-2017)

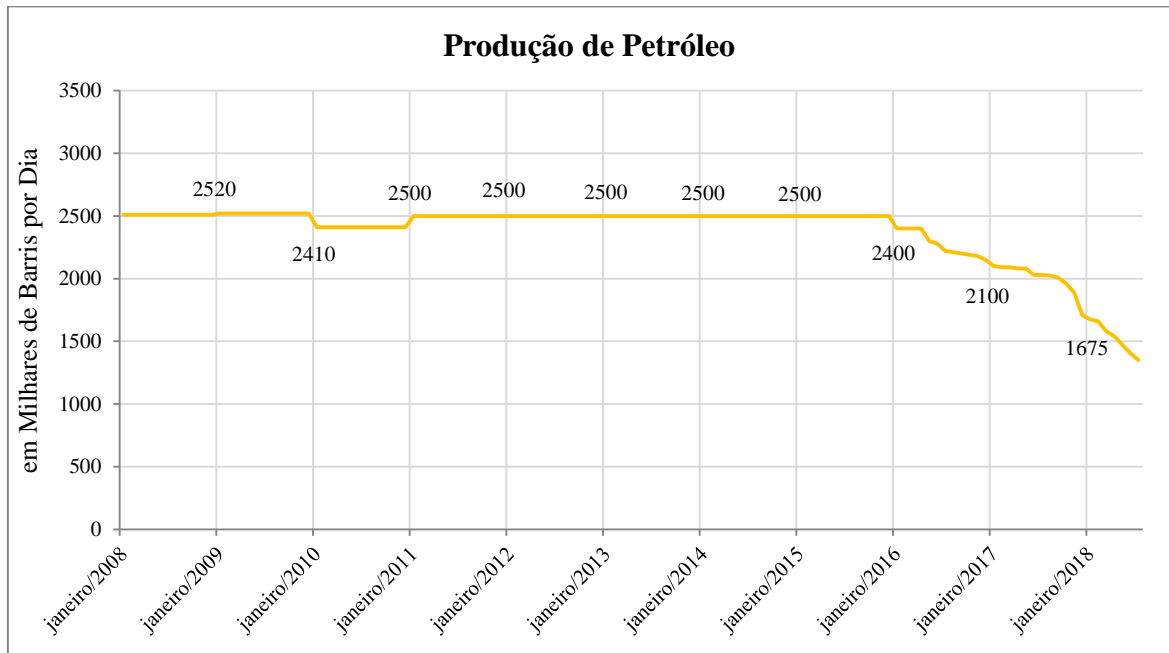


Fonte: *BP Statistical Review of World Energy June 2018*. Elaboração do Autor.

Entre 2013 e 2016, o preço do barril de petróleo bruto caiu de 114,33 dólares para 44,67 dólares, ou seja, perdeu 60,93% do seu valor de mercado. A desvalorização é ainda maior no preço médio do petróleo venezuelano, segundo dados publicados por Lander (2016): enquanto em 2013 o preço do barril estava em 100 dólares, em fevereiro de 2016 o valor chegou a 24,25 dólares.

Nem mesmo o crescimento de aproximadamente 10 dólares da passagem do ano de 2016 para 2017 gerou impacto positivo na economia venezuelana. Isto se deve à queda na produção de petróleo nacional. Na publicação mais atual da EIA, verifica-se uma grave redução: de 2,5 milhões de barris por dia no final de 2015 para apenas 1,35 milhões de barris em julho de 2018.

Figura 30: Produção de Petróleo na Venezuela (2008-2018)



Fonte: *U.S. Energy Information Administration (EIA)*. Elaboração do Autor.

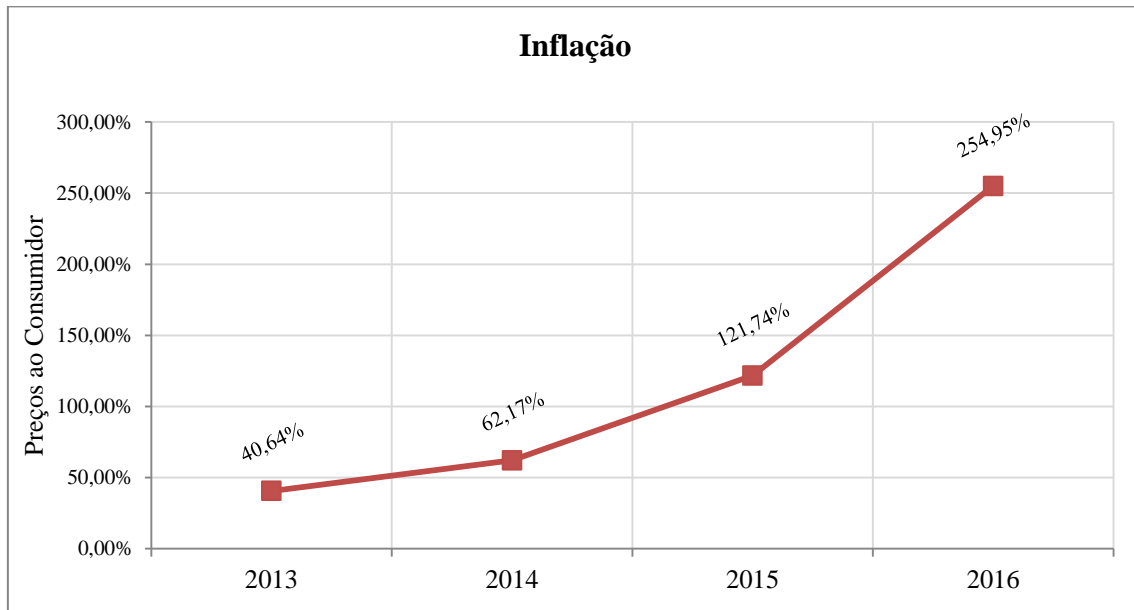
O colapso produtivo pode ser atribuído à má gestão da PDVSA, com seus vários casos de corrupção, e a insuficiência de investimentos em infraestrutura, tornando-a atrasada e ineficiente. Há também as sanções adotadas pelos Estados Unidos no final de 2017 como resposta a inadimplência parcial de pagamentos de títulos da dívida, que impedem a empresa a negociar novas dívidas no país.

Assim, a alta dependência da exportação de petróleo na balança comercial venezuelana alavancada ao longo do governo Chávez somada à queda no preço do petróleo no mercado mundial e à redução da produção nacional afeta profundamente os demais índices do país (LÓPEZ MAYA, 2018).

Para não expor as dimensões do problema, o governo parou de divulgar os dados econômicos e sociais elementares. Tal carência e defasagem de números atinge, por exemplo, a questão da dívida externa, fazendo com que não existam dados seguros desde 2013.

Quanto à inflação, os valores mais recentes se limitam ao ano de 2016. Esta censura, porém, não impede a compreensão da adversa realidade da Venezuela. Recorrendo ao Banco Mundial é possível identificar que a alta inflação da passagem do ano de 2012 para 2013 de 40,64% aumentou em seis vezes até 2016, alcançando a marca de 254,95%, a maior inflação do mundo.

Figura 31: Inflação na Venezuela (2013-2016)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

Com o propósito de controlar este índice, o presidente Maduro e sua equipe tem implementado distintos sistemas cambiários, dispostos entre o valor oficial mínimo, aplicado às importações essenciais, de 6,30 bolívares por dólar em 2016, e o valor máximo do mercado negro que superou os 900 bolívares por dólar para o mesmo ano. As taxas intermediárias são voltadas para importações não essenciais e flutuam dentro de margens postas pelo governo, mas sofrem constante oscilação, alternando os nomes de referência sem conseguir gerar resultados positivos (LÓPEZ MAYA, 2016).

Tal instabilidade e disparidade criam práticas de corrupção, cujos cidadãos com acesso às taxas de câmbio mais equitativas, como empresários e funcionários públicos de destaque, se lançam ao mercado para extrair lucros descomunais. O resultado é a escassez de dólares na economia para a importação de alimentos, medicamentos e outros bens de necessidade básica, obrigando os venezuelanos a enfrentarem longas filas ou comprarem produtos contrabandeados por preços arbitrários (CANNON; BROWN, 2017).

Para melhor compreender o impacto destas debilidades na população, tornam-se úteis as pesquisas de opinião promovidas pelo *Latinobarómetro*. Na enquete denominada “Ingresso Subjetivo”, publicada no relatório de 2016, 82% das respostas dos cidadãos venezuelanos são de que “não é suficiente” a capacidade do salário em cobrir satisfatoriamente as necessidades pessoais. Este percentual supera em 22 pontos a Guatemala, segunda colocada.

A mesma liderança é verificada em termos de Problema de Alimentação, pois 72% dos entrevistados responderam que “algumas vezes” ou “seguidas vezes” não tiveram suficiente comida para alimentar-se nos últimos doze meses. Na República Dominicana, segundo colocado, apenas 41% das pessoas deram a mesma resposta.

A subnutrição soma-se a outras enfermidades cujo serviço público de saúde não encontra meios para solucionar em razão da falta de medicamentos e equipamentos. Isto pode ser verificado nos informes da *Human Rights Watch*, ONG internacional sediada em Nova York que defende e realiza pesquisas sobre as violações de direitos humanos no mundo. Em 2016, 76% dos hospitais públicos não possuíam os medicamentos básicos – em 2014 eram 55% dos hospitais -, a taxa de mortalidade materna era de 130,7 para cada 100 mil nascimentos – em 2009, 73,1 para cada 100 mil nascimentos - e a taxa de mortalidade infantil era de 18,61 mortes para cada mil nascidos vivos – quando em 2012 era de 11,8 para cada mil nascidos vivos.

Diante de tantas complicações o governo tem priorizado o combate à escassez de alimentos através de seus programas sociais. Mesmo com os decréscimos nos lucros do petróleo, sua fonte de financiamento desde Chávez, percebe-se um incremento de 2,4 milhões de beneficiários das *Misiones* para o período 2015-2017, valor impulsionado pelo crescimento de 6,1 milhões em programas alimentícios. Por outro lado, houve uma queda de 3,7 milhões de beneficiários nos demais programas para o mesmo intervalo de tempo.

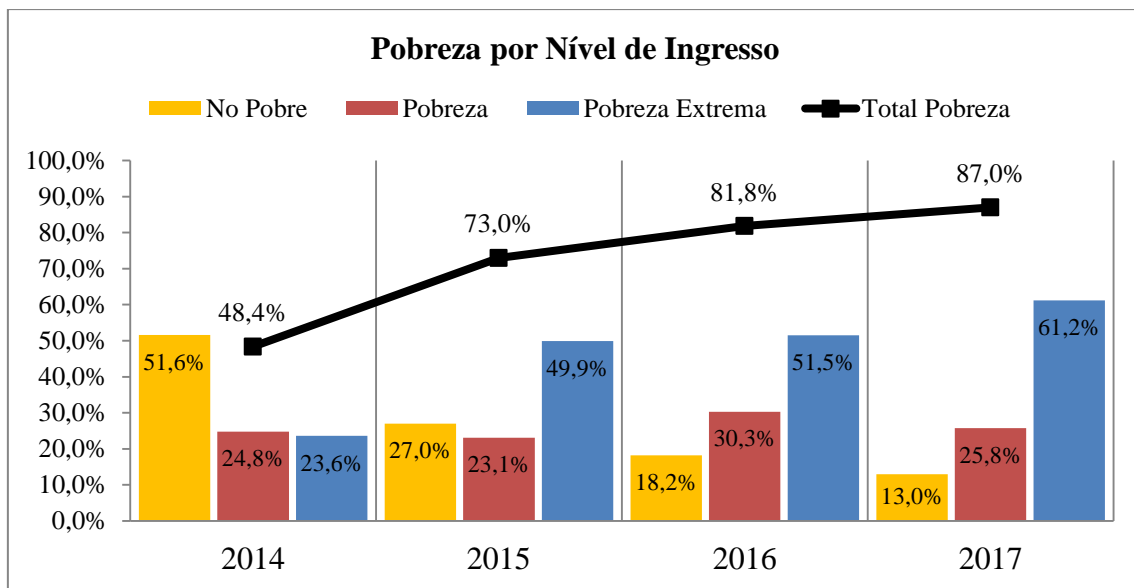
Esta diferença é constatada pela *Encuesta sobre Condiciones de Vida Venezuela 2017* (ENCOVI 2017), um projeto de pesquisa produzido em conjunto por três das principais universidades do país (UCV, UCAB e USB) com o objetivo de reunir informações relevantes e atuais sobre a realidade social do país, identificar os principais problemas que colocam os direitos essenciais da população em situação vulnerável, conhecer as disparidades socioeconômicas e determinar a percepção de segurança pública entre os venezuelanos, suprimindo assim a falta de informações oficiais. Para a versão de 2017 a amostra compreende 6.168 lares distribuídos por toda a Venezuela.

Dessa forma, apesar das tentativas de reestruturação e reorganização, as *Misiones* perderam sua abrangência ao focar nos *Comités Locales de Abastecimiento y Producción* (CLAP). Este programa é encarregado de distribuir alimentos para as comunidades mais carentes a partir de parceiras entre organizações de base e o governo. Levando diretamente os bens para as casas a preços regulados oficialmente, coíbe-se o mercado negro e aliviam-se

carências da população. Contudo, permanecem críticas: sobre seu valor nutricional; pela sua periodicidade, variável de acordo com a região do país; pelo clientelismo, ao favorecer famílias que apoiam o chavismo; pela sua sustentabilidade em médio prazo e; por não combater a raiz do problema, isto é, a dependência sobre as importações e a falta de produção nacional (CANNON; BROWN, 2017).

Naturalmente os demais índices sociais sofrem impacto negativo, afetando as condições de vida da população. De acordo com a pesquisa realizada por España e Ponce (2018) para a ENCOVI de 2017, 87% dos venezuelanos sobrevivem com uma renda abaixo da linha de pobreza, dos quais 61,2% se encontram em condições de Pobreza Extrema. Estes valores representam, respectivamente, quase o dobro e quase o triplo daqueles referentes a 2014.

Figura 32: Pobreza por Nível de Ingresso na Venezuela (2014-2017)

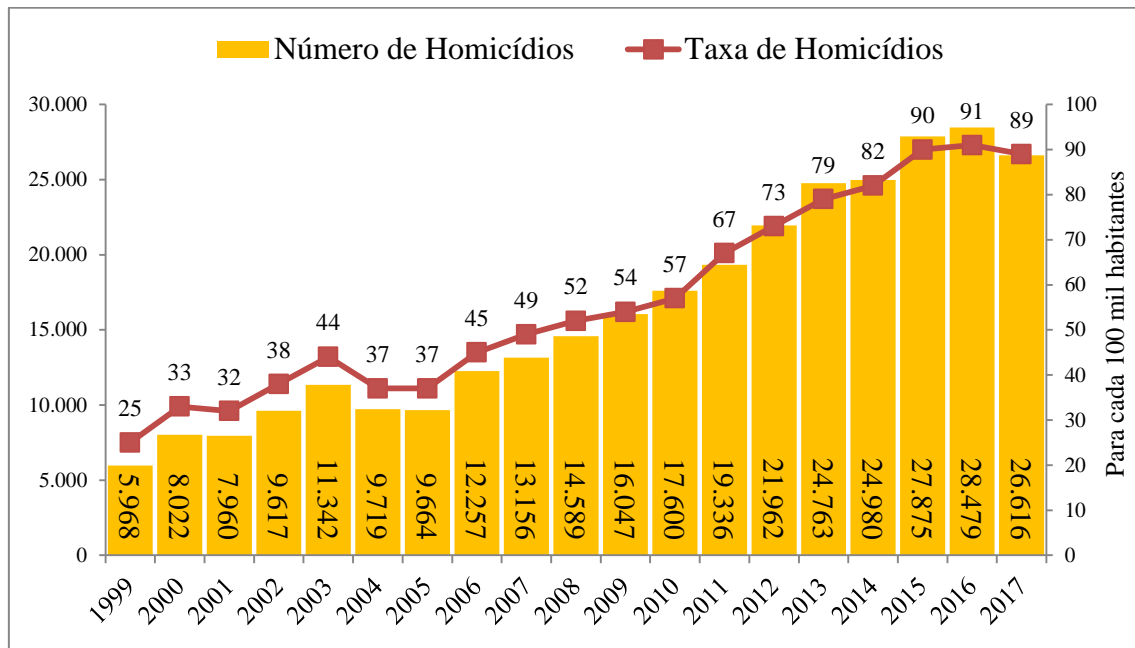


Fonte: ESPAÑA; PONCE, 2018 (ENCOVI, 2017). Elaboração do Autor.

Em matéria de violência, também perdura uma censura na divulgação de estatísticas oficiais, desde 2001. Deste modo, o *Observatorio Venezolano de Violencia* (OVV) surge como importante fonte de informações. Trata-se de um grupo de pesquisadores vinculados a sete universidades venezuelanas que através de dados publicados na imprensa nacional, arquivos oficiais e enquetes ou entrevistas, consegue registrar e contabilizar casos de violência.

Para o período entre 1999 e 2017, o número de homicídios no país vem crescendo abruptamente, alcançando a marca de 90 para cada 100 mil habitantes em 2015 e 91 para cada 100 mil habitantes em 2016.

Figura 33: Homicídios na Venezuela (1999-2017)



Fonte: *Observatorio Venezolano de Violencia 2017*. Elaboração do Autor.

A situação é tão alarmante que vem chamando a atenção internacional. Segundo a Gallup, uma empresa de pesquisa de opinião estadunidense, a Venezuela ocupa pelo segundo ano consecutivo a última colocação no Índice de Lei e Ordem, atrás de Afeganistão, Sudão do Sul e Gabão, por exemplo. Para este ranking foram entrevistados mais de 148.000 adultos provenientes de 142 diferentes países e áreas no ano de 2017 e leva em conta o temor por andar à noite sozinho nas ruas, confiança na polícia local e episódios de roubo ou assalto. Em 2016 a Venezuela registrou os piores dados da história da empresa que começou seus trabalhos em 2005.

Com a depreciação das condições de vida, resta aos opositores manifestar seu descontentamento a partir de dois formatos: institucional e mobilizacional. Apesar de adotarem posturas, lideranças e soluções diferentes, eles compartilham o objetivo principal: a remoção do governo Maduro. Esta é vista como a única maneira de acabar com as dificuldades sociais e econômicas enfrentadas pela sociedade venezuelana (CANNON; BROWN, 2017).

O bloco institucionalista prioriza as negociações e o diálogo com o governo rumo à paz. Suas propostas econômicas visam um regime liberal democrático, com orientação ao mercado. Contudo, incluem a manutenção de alguns elementos do chavismo como a Constituição de 1999, o compromisso em manter a PDVSA como companhia estatal e a recuperação das *Misiones Sociales* como instrumento para acabar com a pobreza (CANNON; BROWN, 2017).

Este é liderado por Henrique Capriles Radonski, derrotado na corrida presidencial de 2013 por uma diferença de 1,49% dos votos ao representar a MUD e o partido *Primero Justicia* (PJ), autointitulado progressista-humanista ao qual ajudara a fundar em 2000. Sua figura ganhou notoriedade nos últimos anos da década de 1990 quando assumiu a presidência da casa legislativa do país pela COPEI com apenas 27 anos, o mais novo da história. Além disso, ocupou o cargo de prefeito do município de Baruta, na área metropolitana da capital Caracas, e governador do Estado de Miranda (BERNARDES, 2015).

O outro bloco baseia-se na desobediência civil e métodos radicais como *guarimbas*⁵, *cacerolazos*⁶, passeatas e até estratégias com emprego da violência. O radicalismo também é assumido no plano econômico, pois seus membros advogam por uma transição brusca à economia de mercado, com a privatização de todas as empresas de administração pública - incluindo a PDVSA - assim como a elaboração de uma nova Carta Magna e punição aos ministros e líderes do atual governo (CANNON; BROWN, 2017).

Este remete a Leopoldo López, antigo prefeito de Chacao, também localizado nas proximidades de Caracas. Adquiriu notoriedade no cenário nacional pela sua formação em economia na renomada universidade de Harvard e por descender de notórios personagens da história venezuelana, desde ministros, médicos, jornalistas, professores chegando até ao libertador Simón Bolívar (BERNARDES, 2015).

Bem como Capriles, López foi um dos fundadores do PJ, mas acabou saindo por divergências internas. Teve uma controversa passagem de dois anos pelo *Movimiento Um Novo Tiempo* para enfim fundar em 2009 a *Voluntad Popular* (VP), de orientação de centro-esquerda, preocupada com os direitos civis e liberdade individual. Sua postura de confrontação ao chavismo o conduziu ao impedimento legal para ocupar cargos públicos entre

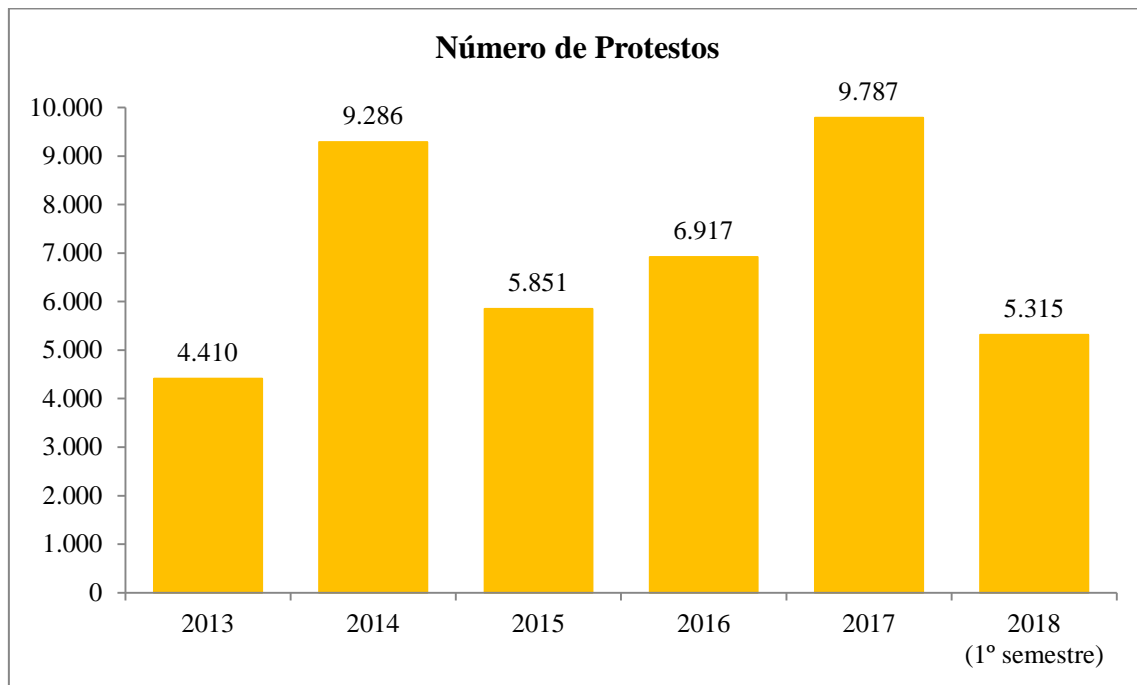
⁵ Termo popular para identificar um protesto organizado em zonas residenciais, com fechamento de ruas, mas sem confrontação com os corpos de segurança do Estado.

⁶ Bater utensílios domésticos para provocar barulho.

2008 e 2012, barrando sua ascensão política e perspectiva de assumir cargos de maior dimensão como a prefeitura de Caracas (BERNARDES, 2015).

De acordo com os registros do *Observatorio Venezolano de Conflictividad Social* (OCVS), uma organização Não Governamental fundada em 2010 na Venezuela, os protestos populares atingiram números recordes no país em 2014 e 2017. Há uma tendência para que 2018 consiga ultrapassar os valores dos anos anteriores, pois já acumula 5.315 protestos em seis meses, um acréscimo de 383, ou 8%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior (OVCS, 2018).

Figura 34: Número de Protestos na Venezuela (2013-2018)



Fonte: Observatorio Venezolano de Conflictividad Social 2018. Elaboração do autor.

A estratégia adotada pelo governo para conter as manifestações dispensa os meios democráticos e pacíficos. Os altos índices de violência social vêm sendo acompanhados pelo crescimento de práticas de violência política com a permissão do emprego da força para as Forças Armadas, milícias governamentais e grupos paramilitares comunitários pró-chavistas chamados *Colectivos*. O *Plan Zamora* executado em abril de 2017 é a prova máxima desta nova conduta ao incluir as mencionadas facções como tropas de choque oficiais. Ademais, outorga prisões e julgamentos em tribunais militares a protestantes, uma espécie de restauração do *Plan Ávila* que culminou no *Caracazo* em 1989 (OBSERVATORIO VENEZOLANO DE CONFLICTIVIDAD SOCIAL, 2018).

Conforme o *Foro Penal*, uma ONG venezuelana operante desde 2002 e focada na defesa dos direitos humanos, apenas entre o período de abril de 2017 até agosto do mesmo ano, ao menos 102 pessoas foram assassinadas como consequência direta da repressão às manifestações. No mesmo intervalo se tem notícia de 88 casos de pelo menos 314 pessoas que sofreram graves violações de direitos humanos como tortura ou tratos cruéis.

Além disso, ao longo de 2017, 5.517 pessoas foram detidas por razões políticas. Este valor se aproxima da somatória referente ao período de janeiro de 2014 até dezembro de 2016, de 6.499. Por fim, o número de presos políticos, isto é, indivíduos encarcerados por organizar ou participar de atos violentos com o objetivo de derrubar o governo, foi de 214 pessoas em 2017 e 52 meios de comunicação foram fechados (FORO PENAL, 2018).

A perseguição aos opositores atingiu inclusive suas lideranças. Em fevereiro de 2014 Leopoldo López foi condenado a treze anos de prisão por danos à propriedade pública, instigação a crimes e associação ao crime organizado. Franklin Nieves, promotor de justiça encarregado do caso declarou posteriormente que este julgamento foi uma farsa, baseado em provas fabricadas, e que havia sido pressionado por altos funcionários do governo venezuelano. Esta controversa sentença repercutiu internacionalmente, por portais midiáticos e organizações de direitos humanos condenando a postura do governo Maduro.

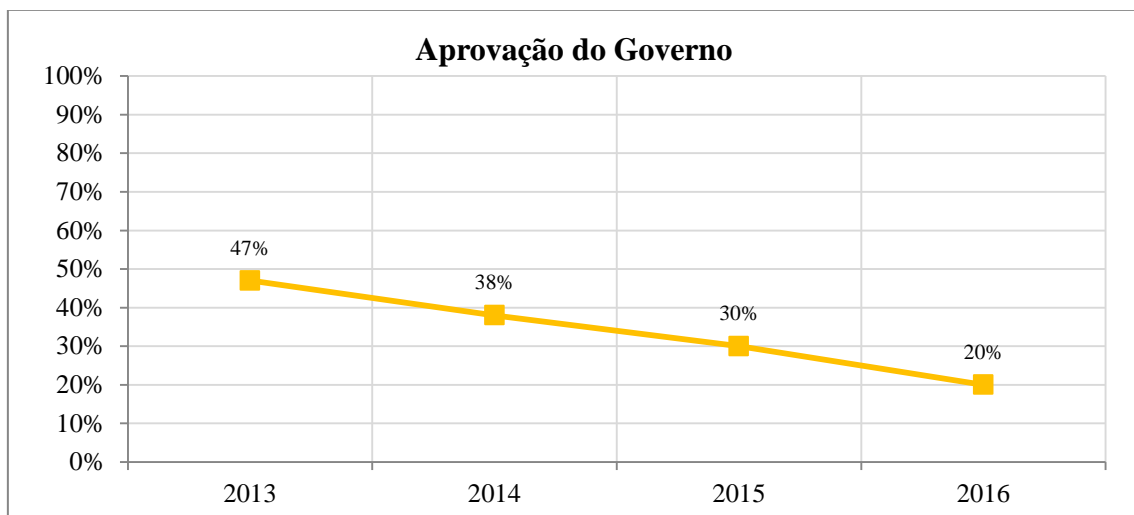
Naturalmente estes acontecimentos refletem na relação com outros países. Todo o progresso realizado na década passada, de construção de uma imagem de força e liderança, converte-se no isolamento diplomático. A desconfiança internacional é potencializada com a entrada de presidentes com posições políticas opostas às do chavismo em países líderes da região e historicamente influentes na Venezuela como Macri na presidência Argentina, Temer no Brasil e Trump nos Estados Unidos (CANNON; BROWN, 2017).

Em reunião extraordinária realizada entre países do continente americano em Lima no Peru em agosto de 2017, Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru assinaram uma declaração que condena o regime venezuelano como ditatorial, transgressor dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de seus cidadãos. Assim, não reconheceriam quaisquer acordos econômicos firmados com a Venezuela, impediriam acordos de financiamento envolvendo suas empresas e não apoiariam qualquer candidatura venezuelana a mecanismos e organizações regionais. Além disso, o país foi suspenso da OEA e do MERCOSUL (DELGADO *et al.*, 2017)

Permanecem ainda do lado venezuelano Bolívia, Cuba, El Salvador, Equador, Nicarágua, Irã, Rússia e China. Estes dois últimos por fortes vínculos comerciais, de acordos envolvendo empréstimos e créditos por ativos de petróleo, aproximações entre as petroleiras estatais. Vale destacar também a atuação da UNASUL em manter o diálogo entre a situação e a oposição e ao recomendar um conjunto de propostas para administrar a crise econômica (DELGADO *et al.*, 2017).

Há também um evidente efeito interno. O chavismo perpetuado por Maduro vem sofrendo cada vez maior rejeição. A pesquisa de opinião realizada pelo *Latinobarómetro* em 2016 aponta que apenas 20% dos entrevistados aprovam o governo, 27% a menos quando comparado aos resultados de 2013, primeiro ano de mandato.

Figura 35: Aprovação do Governo da Venezuela (2013-2016)



Fonte: *Latinobarómetro*. Elaboração do autor.

O alto índice de reprovação é refletido nas urnas. Ainda nas eleições municipais realizadas em dezembro de 2013, os prefeitos da MUD somaram 39,34% dos votos totais, contra 48,69% do GPP. Apesar de conseguir apenas 81 dos 337 municípios do país, as derrotas foram marcadas por uma diferença pequena e houve um incremento de 25 no número de municípios dirigidos pela oposição quando comparado à eleição anterior, incluindo quatro das cinco regiões eleitorais mais populosas do país: Distrito Metropolitano de Caracas, Maracaibo, Valencia, e Barquisimeto (CANNON; BROWN, 2017).

Isto fica ainda mais evidente em 2015, ano de eleições para a *Asamblea Nacional*. Com 112 dos 167 deputados da casa, a oposição alcançou pela primeira vez desde 1999 uma

posição vantajosa, renovando assim as esperanças por uma Venezuela sem o chavismo (CANNON; BROWN, 2017).

Entretanto, esta vitória significou apenas o aprofundamento do impasse político. Permaneceram sob o controle de Maduro as Forças Armadas e os quatro outros poderes: executivo, judiciário, eleitoral e popular, este referente ao exercício democrático e participativo por parte do povo. Este aparato atuou em conjunto para neutralizar, prever e reverter às ações da *Asamblea Nacional*, frustrando a oposição e dificultando o surgimento de novos quadros (CANNON; BROWN, 2017).

Tal cenário pode ser exemplificado em dois eventos. O primeiro ocorreu ainda em dezembro de 2015, quando o *Tribunal Supremo de Justicia* (TSJ) ordenou a revogação do mandato de quatro deputados da MUD no Estado de Amazonas por fraude eleitoral. Assim, os opositores deixaram de contar com 2/3 da casa, número que garantia o direito de renovar as autoridades dos outros poderes unilateralmente. Este ato, referido por López Maya (2018) como “*desplocamar*”, não existe na estrutura jurídica e constitucional do país e foi acatado diante do temor pelo fechamento da Assembleia.

O segundo evento refere-se à tentativa de aprovação da *Ley de Amnistía y Reconciliación Nacional*, um projeto defendido até pelo Papa Francisco para anistiar os prisioneiros políticos venezuelanos a partir da argumentação de que suas ações não seriam crimes na acepção da palavra, mas sim manifestações não passíveis às punições aplicadas. Apesar de passar pela *Asamblea Nacional* em março de 2016, tanto o executivo na figura de Maduro quanto o judiciário da Corte Superior rejeitaram a lei por inconstitucionalidade (CANNON; BROWN, 2017).

Mesmo acumulando insucessos, inclusive na tentativa de promover um referendo revogatório presidencial, os opositores permaneceram persistentes e lograram a convocação de uma *Asamblea Nacional Constituyente* (ANC) para formular uma nova Constituição para a Venezuela. Entretanto, a eleição para escolha dos membros da ANC significou mais uma vitória para o governo vigente, ainda que a contagem dos votos tenha sido condenada pela própria companhia responsável por desenvolver e monitorar o sistema automatizado de urnas (LÓPEZ MAYA, 2018).

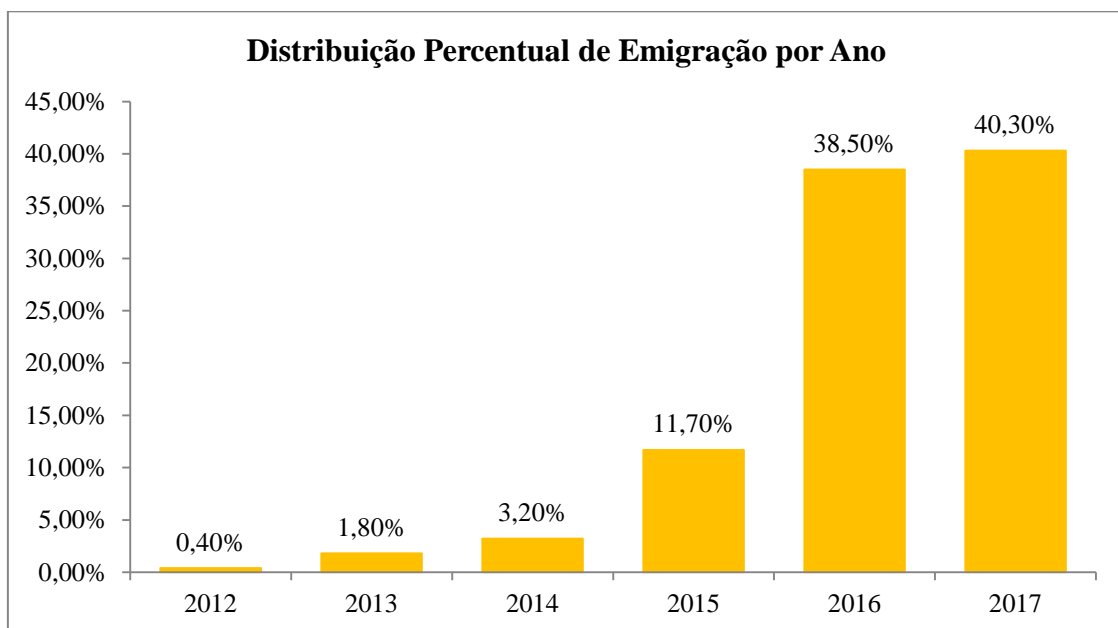
Este foi o golpe fatal tanto no reconhecimento da legitimidade do instrumento eleitoral, quanto nas esperanças da MUD em promover mudanças políticas e permanecer

sólida. As eleições regionais de 2017 comprovam esta ideia com a escolha por 18 governadores do GPP dos 23 possíveis. Isto permaneceu para as eleições presidenciais de 2018, antecipadas para maio pelo governo Maduro como estratégia para aproveitar do momento de fragilidade dos principais concorrentes que decidiram não participar deste processo pela falta de condições justas para sua realização (LÓPEZ MAYA, 2018).

Com o maior índice de abstenção da história do país, de 53% segundo os números oficiais, a reeleição foi garantida com a derrota de Henri Falcón, representante da *Avanzada Progresista* (AP). Este era um pequeno partido opositor ressentido pela falta de atenção dos seus similares de maior porte e foi apoiado por uma parcela da COPEI e do MAS. Falcón foi um dos fundadores do MVR e governador do Estado de Lara, mas rompeu com Chávez em 2010 para assumir a função de chefe de campanha de Capriles em 2013. Ele acabou não aceitando o resultado eleitoral, pois não houve cumprimento dos compromissos assumidos na mesa de negociações pré-eleitoral (LÓPEZ MAYA, 2018).

Diante deste panorama social, político e econômico, uma parcela cada vez maior da população venezuelana tem optado por emigrar. O estudo de Freitez (2018), produzido como parte da ENCOVI, estima que entre 2012 e 2017 emigraram ao exterior mais de 815 mil pessoas originárias da Venezuela. Este montante representa aproximadamente 96% dos emigrantes desde o início do governo Chávez em 1999.

Figura 36: Distribuição Percentual de Emigração Venezuelana (1999-2017)



Fonte: FREITEZ, 2018 (ENCOVI, 2017). Elaboração do Autor.

O principal motivo da ida para outro país, apontado por 67% dos entrevistados, é a busca por um trabalho. Na verdade, 88% da população emigrante se encontra em idade de trabalhar, isto é, entre 15 e 59 anos. Eles se fazem valer de suas dupla-nacionalidades ou leis migratórias acordadas em fóruns internacionais, acordos bilaterais ou organizações regionais para se inserirem neste novo país. Há ainda aqueles que se aproveitam de problemas no controle das fronteiras para buscar uma nova vida ilegalmente. Tendo isto em vista, os principais destinos são Colômbia, Estados Unidos, Espanha, Chile, Peru, Argentina e Brasil (FREITEZ, 2018).

Resta a Maduro fomentar o discurso de guerra econômica interligando a crise do país a seus inimigos, sejam eles as oligarquias nacionais, o império dos Estados Unidos, companhias transnacionais ou a dissidência interna, os “traidores”, cada vez em maior quantidade. Nesta perspectiva, tais personagens seriam responsáveis por interromper o fornecimento de alimentos e bens de necessidade básica, decretar sanções econômicas e impedir a entrada de investimentos estrangeiros (CANNON; BROWN, 2017).

Fica evidente um dos principais obstáculos para a continuidade do chavismo: a falta de carisma do novo comandante. Enquanto Chávez dispunha de um discurso carregado de emoção, sintonia com a população, caráter revolucionário, desprendimento aos aspectos econômicos, oferta de bem-estar, de formular uma polarização da sociedade e combater seus opositores, Maduro restringe-se à exploração da figura e da memória de seu antecessor e à construção discursiva do inimigo, isto é, uma linguagem incoerente com a realidade cotidiana do povo e suas demandas. Assim, torna-se ainda mais difícil conter o desencanto e fazer com que a sociedade venezuelana resista às duras penas decorrentes da crise (ARENAS, 2016).

Entretanto, é de extrema importância fazer uma ressalva. De fato a oposição aprofunda as adversidades do país ao priorizar investidas contra o governo em detrimento de propostas políticas concretas. As únicas sugestões levantadas apontam para o neoliberalismo tradicional, com pouca atenção às camadas mais pobres da sociedade. Esta proposta que já se mostrou ineficiente no passado, encontra flexibilidade apenas em termos do grau de punição aos políticos da situação e na forma como a economia e a sociedade devem ser direcionadas ao mercado, abruptamente ou não (CANNON; BROWN, 2017).

Assim, nenhum dos polos apresenta propostas claras para resolver os grandes problemas do país, sobretudo a dependência em relação ao petróleo e o regime cambial, tornando ambos responsáveis por esta dura realidade (CANNON; BROWN, 2017).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras décadas da história do petróleo na Venezuela foram marcadas por uma continuação do regime *caudillista*, cujos líderes políticos e militares rivalizavam e se alternavam no poder, priorizando seu enriquecimento pessoal em detrimento do desenvolvimento de sua população. Para garantir o conteúdo de suas pretensões, isto é, angariar fundos para si, estes governantes lotearam e venderam as reservas petrolíferas para as companhias internacionalmente líderes do ramo, detentoras de um oligopólio rico e poderoso. Além disso, neste período manteve-se um câmbio valorizado, resultado de uma falha de mercado referido como “doença holandesa”, causando atraso na produção industrial e agropecuária, pois o país permaneceu refém de importações.

Esta realidade sofre significativas mudanças nos princípios da década de 1960 a partir de transformações de postura nas frentes nacional e internacional. Fundaram-se: um arranjo político que garantia maior estabilidade e convergência política interna, o *puntofijismo*, e um movimento mundial de união dos países detentores de reserva de petróleo em seus territórios com o objetivo de proteger seus interesses frente às grandes empresas privadas e aos países importadores, a OPEP. Estas propostas convergiram para a subida nos preços do barril e promoção do bem-estar dos cidadãos, porém não foram suficientes para fomentar uma industrialização independente, uma reforma agrária ou uma política de subsídios, ou seja, iniciativas para frear a dependência sobre a renda do petróleo. Tal incompetência impactou no país nas décadas de 1980 e 1990 com a reversão dos avanços sociais e da solidez política, reflexo da queda do valor do petróleo.

As eleições presidenciais de 1998 trataram de alterar este quadro com a escolha de Hugo Chávez como novo líder. Seu governo perdurou até 2013 e, beneficiado por preços elevados do barril de petróleo no mercado internacional, acumulou vitórias na projeção internacional, no controle da inflação e da dívida externa, na promoção do emprego e da igualdade social, na redução nos índices de pobreza e na construção de uma sociedade mais democrática e apta a participar das decisões políticas. Ainda assim houve retrocessos na questão da diversificação da pauta produtiva e exportadora, acentuando a submissão aos lucros do petróleo e aos alimentos e produtos estrangeiros. Além disso, neste período a corrupção se agravou com a falta de controle nos repasses para os programas sociais, na

origem das verbas utilizadas para campanhas políticas e no superfaturamento sobre obras públicas, casos cujos envolvidos permaneceram impunes.

Desde 2011 o preço do barril de petróleo bruto vem caindo progressivamente. Para uma economia altamente dependente da exportação desta riqueza como se tornou a venezuelana, isto significa uma forte deterioração dos aspectos: econômicos, verificados, sobretudo, nos dados sobre inflação e escassez de bens de necessidade básica e de alimentos e; sociais, sobre pobreza, segurança e emigração. Este contexto relaciona-se também a inabilidade política e falta de carisma do presidente Nicolás Maduro, encarregado de manter o modelo chavista após a morte de seu precursor. O resultado é a polarização da sociedade venezuelana entre apoiadores do regime e seus opositores, estes em cada vez maior quantidade e mais barulhentos, utilizando-se dos protestos de rua e da ascensão no meio político.

Ainda que a formulação teórica de Michael T. Klare (2001) seja direcionada para os Estados Unidos e aos eventos ocorridos no início da década de 2000, é possível aplicar suas ideias para a realidade venezuelana, sobretudo aquelas referentes aos países exportadores de petróleo. Ao resgatar o histórico petrolífero, social e econômico, de pouco mais de um século da Venezuela, ratifica-se a precisão deste autor em dois aspectos principais.

Primeiro a expressão de conflitos internos e externos pelo controle das fontes petrolíferas. Nos primeiros anos após sua descoberta, as reservas estavam sob posse privada, de companhias internacionalmente líderes, via acordos de concessão de exploração. A injustiça destes contratos foi lentamente percebida e revertida com a implantação de um sistema de controle indireto, cujos royalties dos lucros estavam mais bem distribuídos, os prazos reduzidos e a extensão da exploração restrita. Isto não garantiu a satisfação do Estado venezuelano que, apoiado por países em condições similares, avançou no controle direto do petróleo com a apropriação deste recurso e a criação de sua estatal, a PDVSA, em 1976. Por sua vez, esta empresa é cercada por disputas internas de poder. Na década de 1990 foram permitidos maiores investimentos estrangeiros e, conseqüentemente, novos funcionários foram trazidos de diferentes localidades. Esta abertura foi revertida em 2002 após greve dos empregados e mudança brusca realizada pelo presidente Chávez, mantendo apenas aqueles fiéis a seu regime.

Segundo, a influência das oscilações de preço do petróleo nas condições de vida dos países detentores de grandes reservas. Quando valorizado, este hidrocarboneto garantia a

saúde financeira do país e a população usufruía de serviços públicos de qualidade. Em contrapartida, a depreciação reverberava na forma de crises econômicas e sociais que atingiram o meio político. É o caso da crise atual, verificada desde 2013.

Isto remete ao objetivo deste trabalho. A dependência da Venezuela sobre o petróleo, agravada com o passar do tempo, é aspecto imprescindível para explicar a crise que o país atravessa. Os distintos grupos políticos que estiveram à frente do país, de diferentes posições ideológicas e em conjunturas variadas, compartilham a responsabilidade por este fracasso. Nenhum foi capaz de adotar mecanismos capazes de estimular a indústria nacional, ou conservar os lucros periódicos em fundos de investimento, nem criar uma rede produtiva que satisfaça as demandas da população por alimentos e bens de necessidades básicas e a liberdade da submissão às importações.

Contudo, a realidade atual não pode ser atribuída exclusivamente ao petróleo. Existe outro fator com grande peso que permeou este estudo: a fragilidade institucional. Desde o início do século XX o sistema público sofreu com a concentração de poder na figura de determinados líderes carismáticos que colocam em prática suas concepções e interesses sem qualquer controle dos órgãos de fiscalização ou amparo no sistema legislativo. Foi assim no *caudillismo*, durante o *puntofijismo* e permanece com o chavismo. Como resultado a corrupção acompanha os altos cargos públicos e, mais recentemente, tem raízes fincadas na relação cotidiana entre os cidadãos.

Este fator acaba limitando a capacidade da oposição de se organizar e realizar mudanças significativas. A história venezuelana demonstrou que transformações no regime político requerem tempo e esforços. Em uma sociedade extremamente polarizada como a atual, sem perspectivas de um governo de conciliação, inclusive com divisões e limitações do próprio movimento opositor, os esforços e tempo podem ser ainda maiores. Isto é válido ainda que “tudo indique que os elementos que até agora ativaram o processo bolivariano começam a esgotar-se, ancorando-se apenas na esfera discursiva.” (ARENAS, 2016, p.124).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (UNHCR). **Venezuela Situation**. Genebra, 2018. Disponível em: <<https://data2.unhcr.org/en/situations/vensit>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

ALVARADO, Neritza *et al.* El Papel de la Nueva PDVSA en la Lucha Contra la Pobreza y la Exclusión Social en Venezuela. **Tendencias**, Nariño, v. XVI, n. 2, p.192-208, jul./dez. 2015. Semestral.

ANUARIO DEL INSTITUTO DE DERECHO COMPARADO. Valencia: Instituto de Derecho Comparado - Uc, v. 22, 1999. Anual. Disponível em: <<http://servicio.bc.uc.edu.ve/derecho/revista/idc22/22-10.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

ARÊAS, Giseli. **O Petróleo da Venezuela ou a Venezuela do Petróleo: História da dependência político-econômica**. 2008. 61 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ARENAS, Nelly. Nicolás Maduro: ¿Populismo Sin Carisma? **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v. 33, n. 92, p.113-128, mai./ago. 2016. Quadrimensal.

BANCO MUNDIAL. **Open Data**. Disponível em: <data.worldbank.org/>. Acesso em: 18 set. 2018.

BANCO MUNDIAL. **Venezuela Panorama general**. 2017. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/es/country/venezuela/overview>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

BANDEIRA, Moniz. **Dimensão Estratégica e Política Externa dos Estados Unidos**. In: III CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 2008, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 9 - 42.

BERNARDES, Bruno Gonçalves. A Venezuela numa encruzilhada: a nova bipolarização no contexto pós-Chávez. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 46, p.125-141, jun. 2015.

BP Energy Outlook 2018 Edition. Londres: The Editor, 2018. 125 p. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/en/corporate/pdf/energy-economics/energy-outlook/bp-energy-outlook-2018.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

BP Statistical Review of World Energy. Londres: The Editor, 2017. 52 p. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/en/corporate/pdf/energy-economics/statistical-review-2017/bp-statistical-review-of-world-energy-2017-full-report.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

BRICENÑO-LEÓN, Roberto. **Encuesta sobre Condiciones de Vida 2017: Seguridad Ciudadana.** Caracas: 2018. 44 slides, color. Disponível em: <<https://www.fundacionbengoa.org/encovi/2017/ENCOVI-2017-Seguridad-personal.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

CANNON, Barry; BROWN, John. Venezuela 2016: The Year of Living Dangerously. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p.613-633, 2017.

CEPAL. **CEPALSTAT.** Disponível em: <<http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/portada.html>>. Acesso em: 18 set. 2018.

CHACÍN, Ramón Rodríguez. Partidos políticos en Venezuela en los siglos XIX y XX. **La Habana**, Guárico, v. 279, n. 279, p.93-108, jan. 2015. Semestral. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0253-92762015000100007>. Acesso em: 18 set. 2018.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **Library Venezuela.** 2007. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/cia-maps-publications/Venezuela.html>>. Acesso em: 18 set. 2018.

DARIAS, Rodrigo A. Peraza. El Desenvolvimento Económico-Financeiro de PDVSA: 1976-2014. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v. 32, n. 90, p.161-165, set./dez. 2015. Trimestral.

DELGADO, Rafael Gustavo Miranda. Política Exterior de Venezuela: el Petróleo como Variable Estructuradora. **Analecta Política**, Medellín, v. 6, n. 11, p.331-356, maio 2016. Semestral.

DELGADO, Fernanda *et al.* **PRECISAMOS FALAR SOBRE A VENEZUELA: IMPACTOS PETROPOLITICOS E REFLEXOS PARA O BRASIL.** *Caderno Opinião FGV Energia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-20, dez. 2017.

EL TIEMPO. Venezolanos, la migración más grande en la historia del país. **El Tiempo**. Bogotá, p. 1-2. 30 mar. 2018. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/venezolanos-la-migracion-mas-grande-en-la-historia-del-pais-72872>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

ESPAÑA, Luis Pedro; PONCE, Maria G.. **Encuesta sobre Condiciones de Vida en Venezuela 2017: Pobreza**. Caracas: 2018. 18 slides, color. Disponível em: <<https://www.fundacionbengoa.org/encovi/2017/ENCOVI-2017-Pobreza.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

FIGUEIRA, Mauro Sérgio. **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA CADEIA GLOBAL DO PETRÓLEO: VENEZUELA E ARÁBIA SAUDITA EM PERSPECTIVA SISTÊMICA**. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em : <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179666/349181.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

FREITEZ, Anitza. **Encuesta sobre Condiciones de Vida 2017: Emigración**. Caracas: 2018. 10 slides, color. Disponível em: <<https://www.fundacionbengoa.org/encovi/2017/ENCOVI-2017-Emigracion.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

FUSER, Igor. O Petróleo do Golfo Pérsico, Ponto-Chave da Estratégia Global dos Estados Unidos. Curso de Formação em Política Internacional. Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 147-164.

GALLUP. **2018 Global Law and Order Report**. Washington: 2018. Disponível em: <https://www.insightcrime.org/wp-content/uploads/2018/06/Gallup_Global_Law_And_Order_Report_2018.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

HARDY, José Toro. El Capitalismo Rentístico en Venezuela: un País Petrolero. **Friedrich Ebert Stiftung**, Caracas, p.1-31, ago. 2009.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003. 263 p.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Crisis Humanitaria en Venezuela**. Nova York, 2016. 13 p.

HUMAN RIGHTS WATCH (HRW). **Relatório Mundial 2017: Venezuela**. Nova York, 2018. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2018>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Datos Generales**. 2011. Disponível em: <<http://www.ine.gov.ve/>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

KLARE, Michael T.. **Blood and Oil: The Danger Consequences of America's Growing Dependency on Imported Petroleum**. Nova York: Metropolitan Books, 2004. 265 p.

KLARE, Michael T.. **Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict**. Nova York: Owl Books, Henry Holt And Company, 2001. 345 p.

LANDER, Edgardo. The implosion of Venezuela's rentier state. **New Politics Papers**, Amsterdam, v. 1, p.1-22, set. 2016. Mensal.

LATINOBARÓMETRO. **Banco de Datos**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 18 set. 2018.

LÓPEZ, Cecilia. El elegido de Chávez. **Observatorio de Política Internacional de UCSF**, Santa Fé, p.1-6, ago. 2015.

LÓPEZ MAYA, Margarita. El colapso de Venezuela ¿qué sigue? **Pensamiento Propio**, Managua, v. 47, p.13-36, jan./jun. 2018. Semestral.

LÓPEZ MAYA, Margarita. La crisis del chavismo en la Venezuela actual. **Estudios Latinoamericanos**, Cidade do México, n. 38, p.159-185, jul. 2016. Semestral.

MALDONADO-VELOZA, Fabio. Venezuela y Petróleo Hoy: La Restauración del Excepcionalismo Rentista. **Actualidad Contable Faces**, Mérida, n. 32, p.86-112, jan. 2016. Semestral.

MARINHO JR., Ilmar Penna. **Petróleo: Política e Poder**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. 468 p.

MARTÍNEZ, José Honorio. Causas e Interpretaciones del Caracazo. **Historia Actual Online**, Cidade do México, n. 16, p.85-92, jun. 2008. Bimestral.

MIGRATION DATA PORTAL. **Venezuela**. Berlin, 2018. Disponível em: <https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2017&cm49=862>. Acesso em: 23 jul. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Comtrade Database**. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/data/>>. Acesso em: 18 set. 2018.

OBSERVATORIO VENEZOLANO DE CONFLICTIVIDAD SOCIAL (Venezuela). **Conflictividad social en Venezuela en 2017**. 2018. Disponível em: <<http://www.observatoriodeconflictos.org.ve/oc/wp-content/uploads/2018/01/Conflictividad-social-en-Venezuela-2017-1.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2018.

OBSERVATORIO VENEZOLANO DE VIOLENCIA (Venezuela). **Informe OVV de Violencia 2017**. 2018. Disponível em: <<https://observatoriodeviolencia.org.ve/informe-ovv-de-violencia-2017/>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES. **World Oil Outlook 2040**. Vienna: 2017. 364 p. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/flipbook/WOO2017/WOO2017/assets/common/downloads/WOO_2017.pdf>. Acesso em: 17 maio 2018.

OTIENO, Mark Owuor. **What Was The Yom Kippur War?** Disponível em: <<https://www.worldatlas.com/articles/what-was-the-yom-kippur-war.html>>. Acesso em: 18 set. 2018.

PÉREZ, Manuel Rojas. SOBRE COMO NICOLÁS MADURO LLEGÓ A SER PRESIDENTE ENCARGADO DE VENEZUELA. **Fundación Ciudadanía y Valores**, Madrid, p.1-12, mar. 2013.

REPORTE SOBRE LA REPRESIÓN EN VENEZUELA. Caracas: Foro Penal, jul. 2018. Trimestral. Disponível em: <<https://foropenal.com/2018/08/24/reporte-sobre-la-represion-en-venezuela-mayo-junio-y-julio-de-2018/>>. Acesso em: 15 set. 2018.

REYES, Luz Mely. Venezuela a la Fuga: análisis de la crisis migratoria. **El Tiempo**. Bogota. mar. 2018. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/datos/cuantos-venezolanos-estansaliendo-de-su-pais-y-a-donde-se-dirigen-189354>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

RIBEIRO, Raissa Coan. **O IMPACTO DAS INSTITUIÇÕES FRÁGEIS NO DESENVOLVIMENTO: A “MALDIÇÃO” DO PETRÓLEO NA VENEZUELA.** 2015. 77 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SERBIN, Andrés; PONT, Andrés Serbin. The Foreign Policy of the Bolivarian Republic of Venezuela: The Role and Legacy of Hugo Chávez. **Latin American Policy**, Cidade do México, v. 8, n. 2, p.232-248, jan. 2017.

SILVA, Daniel da Cunda Corrêa da. **VENEZUELA: O GOVERNO HUGO CHÁVEZ E A UTILIZAÇÃO DA RENDA PETROLEIRA.** 2009. 83 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

U.S. Energy Information Administration (EIA). **Oil Production.** 2017. Disponível em: <https://www.eia.gov/opendata/qb.php?category=1039874&sdid=STEO.COPR_VE.A>. Acesso em: 22 set. 2018.

VANBIERVLIET, Sebastien Adins. El Proyecto Regional Bolivariano y las Consecuencias de la Muerte de Hugo Chávez para América Latina. **Agenda Internacional**, Lima, n. 31, p.9-30, 2013. Anual.

YERGIN, Daniel. **A Busca.** Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2011. 743 p.